



Reunião de 13/01/2016

ATA N.º 01/2016

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS,
REALIZADA EM TREZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

---- Aos **treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezasseis**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Sofia Relvas Marques, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 857.800,95 € (oitocentos e cinquenta e sete mil oitocentos euros e noventa e cinco cêntimos); - De operações não orçamentais: 62.907,86 € (sessenta e dois mil novecentos e sete euros e oitenta e seis cêntimos). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião ordinária da Câmara Municipal de Nelas do dia 13 de janeiro de 2016. Em relação ao Resumo Diário de Tesouraria, total de disponibilidades: 920.708,81 € (novecentos e vinte mil setecentos e oito euros e oitenta e um cêntimos), sendo de Operações não Orçamentais: 62.907,86 € (sessenta e dois mil novecentos e sete euros e oitenta e seis cêntimos). -----

---- Entrando, de seguida, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente questionou se algum dos Senhores Vereadores se queria inscrever para usar este Período para exprimir alguma sugestão, ou posição. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só queria desejar um Bom Ano de 2016 a todos os Autarcas e à população do Concelho de Nelas em geral. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que só queria dar conta neste Período de Antes da Ordem do Dia que presumia que eram situações que os Senhores Vereadores até podem já ter ouvido falar relativamente às consequências do mau tempo deste fim-de-semana. Temos a Estrada Municipal entre as Caldas da Felgueira e a Estrada Nacional n.º 231 cortada por desabamento de parte da Estrada e risco de queda do restante. O Executivo está à espera da melhoria das condições climatéricas para ver se faz uma intervenção, sendo certo que naquela Estrada a intervenção não será barata e tem que fazer também os cálculos de intervenção nessa mesma Estrada. Ele, Senhor Presidente, pediu já uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local no sentido de se apurar de, por via da cooperação técnica com o Estado se o Executivo pode realizar, quer aquela obra, portanto, o restabelecimento das condições de circulação da via, quer, eventualmente, a própria requalificação daquela Estrada tão



Reunião de 13/01/2016

importante para o centro termal das Caldas da Felgueira. Afirmou também que, genericamente, as coisas no Concelho, neste fim-de-semana, em termos da chuva que ocorreu, foram, mais ou menos controladas. Houve o desabamento de uma casa, que já estava em perigo, na Igreja, em Senhorim, que amanhã mesmo, depois de feitas todas as diligências que são legalmente necessárias, particularmente a intervenção da Comissão que existe, específica para verificar as situações ruína dos prédios, portanto, feito esse relatório, devidamente acompanhado e fotografado, vai haver uma intervenção amanhã nessa casa, que também tem um troço interior da aldeia da Igreja, na Freguesia de Senhorim, interditado. De resto, o problema que tem ocorrido mais é a questão da mistura que se verifica em muitos sítios, entre águas pluviais e esgotos, o que, fruto do dimensionamento das tubagens para esgotos e não para esgotos e águas pluviais, tem causado, particularmente em Nelas e em Canas de Senhorim, alguns constrangimentos e acréscimos de trabalhos que os Serviços da Câmara estão a acompanhar. Mas, de resto, era dar, de facto, nota destas situações aos Senhores Vereadores. O Senhor Vereador Adelino Amaral já se deve ter apercebido, da parte que saiu, é que há uma parte, um pequeno troço de rua interditado na Igreja, em Senhorim, que desabou uma habitação antes de chegar à Igreja, do lado direito, há lá uma casa grande de pedra. No ano passado o Executivo deitou abaixo aquela da esquina, um bocado abaixo, uma antes que estava à venda, uma casa alta, grande, de pedra. O Executivo está a tentar identificar os proprietários, sendo certo que a Comissão existente ali na Câmara já fez o relatório para declarar o estado de ruína do prédio e amanhã vai haver uma intervenção no sentido de restabelecer as condições de segurança e, pelo menos, tirar uma parte da parede para reabrir o troço de estrada. A EDP já foi desligar também as luzes porque a iluminação pública também claudicou. Portanto, era esta indicação que ele, Senhor Presidente, queria dar aos Senhores Vereadores. O Executivo está com outro problema grave e com o qual, ele, Senhor Presidente, estava muito preocupado, a curto prazo, que é o problema da Variante de Nelas. Como todos os Senhores Vereadores podem verificar, ainda hoje, se passarem na Variante de Nelas, ela está toda esburacada. É uma obra que mereceu uma intervenção de apoio comunitário de quase 500.000,00 euros há menos de 4 anos. Portanto, quer a parte velha da Variante, portanto, aquela que vai da Rotunda do Monumento do Milénio à Rotunda da Vinha, quer mesmo a outra parte da Variante, a nova que foi construída, dizem-lhe os Serviços que não foi dimensionada para a carga de transporte e de camiões e veículos que por ela passa. Portanto, é fácil verificar. A estrada está toda a desfazer-se e, portanto, ele, Senhor Presidente, vai pedir também apoio, vai verificar. É uma obra financiada por quadros comunitários, as duas, que, aliás, das três obras realizadas pela Câmara no POVT, além do Centro Escolar, foi, de facto, a repavimentação daquela estrada, da Variante, e foi a construção da parte da Variante entre a zona comercial e a Rotunda para Mangualde. Portanto, o que lhe dizem os Serviços e ontem ele, Senhor Presidente, já pediu para lhe fazerem o relatório técnico para fazerem intervir o empreiteiro e, eventualmente, a garantia da obra. Mas o que lhe dizem os Serviços é que a obra não foi projetada com as exigências que, por exemplo, as Estradas de Portugal, agora as Infraestruturas de Portugal, exigiram para as rotundas de Canas de Senhorim, com as camadas que são necessárias de solidez da estrada. Portanto, é visível e, de facto, muito preocupante a situação da Variante de Nelas porque já tem lá placas a dizer, zona com piso degradado e com a circulação de camiões e a perspectiva da conclusão do IC 12, ainda que se venha a fazer, demorar sempre meia dúzia de anos, uma dezena de anos, seguramente, estarão a falar de uma



Reunião de 13/01/2016

obra de alguns milhares de euros. É ver a repavimentação da Rotunda do Milénio até à Rotunda da Vinha custou 450.000,00 euros. Portanto, era dar conta aos Senhores Vereadores também desta grande preocupação, para além da Estrada da Felgueira. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que só queria referir aquilo que o Senhor Presidente tinha acabado de falar da Variante. Ele, Vereador Artur Ferreira, não é técnico na matéria mas via, realmente, que o alcatrão é que está a sair, portanto, o alcatrão é que esteja mal. O abatimento conforme foi feito, como aconteceu na primeira fase da Variante, acha que não se verifica, ou pelo menos, tanto nesta segunda fase da Variante. Mesmo na primeira fase da Variante também foi feito esse trabalho agora, até porque as Estradas de Portugal, naturalmente, agora fazem esse pedido e quando foi da Rotunda de Canas de Senhorim porque viram o mal que fizeram quando foi no IC 12. O IC 12, foi agora feita a sua requalificação e estava, realmente, todo abatido. E na primeira fase da Variante também aconteceu um bocado essa situação, acha que agora e ainda bem que o Senhor Presidente fala nisso. Acha que é importante que também se verifique se o alcatrão que lá foi utilizado se realmente foi, aí sim, direcionado para aquele movimento porque se previa, realmente, que o movimento seria o que está lá a acontecer. E mesmo até depois do IC 12 se, eventualmente, for construído o IC 12 com o IC 37, esta fase da Variante será sempre utilizada porque dificilmente o IC 12 sairá dali da zona de Canas de Senhorim e faça ali a ligação do IC 37 com o entroncamento. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que só queria dar um esclarecimento. Da Rotunda da Vinha para baixo, em direção à empresa Borgstena é Estrada Nacional n.º 234. Esta Variante é da responsabilidade municipal. Portanto, o que o Executivo tem que fazer e vai fazer é um relatório. Vai falar com o empreiteiro. Vai fazer uma análise técnica dos trabalhos que foram feitos, mas também do Caderno de Encargos porque na projeção de uma estrada há sempre uma carga de movimento que é prevista para lá passar e o que lhe dizem ali os Serviços é que estará a passar o dobro do trânsito para a qual esta estrada foi projetada, foi repavimentada, foi elaborada. Estava a pedir esse relatório e ver se depois o Executivo minimiza, pelo menos, o problema. -----

ORDEM DO DIA

1 - ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

1.1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE TEVE CONTINUAÇÃO NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2015

---- O Senhor Presidente afirmou que, em relação às atas das reuniões de 09 de dezembro de 2015, 23 de dezembro de 2015 e agora também em relação à ata da reunião de 30 de dezembro de 2015, ainda não estão concluídas. Há ali uma ata que tem 130, ou 140 páginas. Portanto, não houve possibilidade ainda de as rever. Assume o compromisso para fazer tudo para que na próxima reunião de Câmara venham as três atas e mais a ata desta reunião de Câmara, até porque esta reunião não tem uma Ordem de Trabalhos muito extensa. Portanto, este ponto é retirado da Ordem de Trabalhos por ausência do texto da ata. -----



Reunião de 13/01/2016

1.2.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2015

---- Assunto retirado da Ordem de Trabalhos por ausência do texto da ata. -----

2 – ZONAS INDUSTRIAIS

(01/20160113)2.1.ZONA INDUSTRIAL DA RIBEIRINHA, EM CANAS DE SENHORIM – AQUISIÇÃO DE TERRENO A JOSÉ AUGUSTO ALVES LOUREIRO – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 40, datada de 05 de janeiro de 2016, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Aquisição do artigo rústico n.º 9457, na Freguesia de Canas de Senhorim -----
 ---- Em reunião realizada em 29 de Julho de dois mil e quinze foi aprovado o contrato promessa de compra e venda entre o Município de Nelas e José Augusto Alves Loureiro, referente a um prédio rústico sito à Ribeirinha e destinado à ampliação da Zona Industrial de Canas de Senhorim. -----*

---- *Parecer dos Serviços: -----*

---- *Para efeitos de escritura solicitamos a aprovação da aquisição do artigo rustico 9457 da Freguesia de Canas de Senhorim, mencionado no contrato já aprovado em 29 de Julho de dois mil e quinze pelo valor total de 20.000,00€ a José Augusto Alves Loureiro. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*

---- O Senhor Presidente afirmou que o contrato-promessa de compra e venda já foi aprovado em julho e está já marcada a escritura para o final deste mês de janeiro e o que ali se pede é que a Câmara delibere, não só a aprovação do contrato promessa, mas a aquisição do artigo rústico 9457, da Freguesia de Canas de Senhorim, que é aquele artigo ao lado do Indiferente Bar, onde está uma construção e que foi negociado na altura para desbloquear aquele local da Zona Industrial da Ribeirinha, por 20.000,00 euros e, portanto, isto já foi deliberado, é meramente uma deliberação sobre a aquisição e não meramente a realização de um contrato-promessa. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a aquisição do artigo rústico n.º 9457, da Freguesia de Canas de Senhorim, mencionado no contrato já aprovado em reunião ordinária pública desta Câmara Municipal, realizada em 29 de julho de 2015, pelo valor total de 20.000,00€, a José Augusto Alves Loureiro, bem como autorizar o seu pagamento, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 40, datada de 05 de janeiro de 2016, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, atrás descrita. -----

(02/20160113)2.2.ZONA INDUSTRIAL DA RIBEIRINHA, EM CANAS DE SENHORIM – AQUISIÇÃO DE TERRENO A HERANÇA DE ALBERTO ARTUR MARQUES, REPRESENTADA PELA CABEÇA DE CASAL MARIA MANUELA ALVES – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 395, datada de 08 de janeiro de 2016, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Aquisição do artigo rústico n.º 8832, na Freguesia de Canas de Senhorim -----*

---- *Em reunião realizada em 29 de Julho de dois mil e quinze foi aprovado o contrato promessa de compra e venda entre o Município de Nelas e Herança de Alberto Artur*



Reunião de 13/01/2016

Marques, representada pela cabeça de casal, Maria Manuela Alves, referente a um prédio rústico sito à ribeirinha e destinado à ampliação da Zona Industrial de Canas de Senhorim.--

---- *Parecer dos Serviços: -----*
 ---- *Para efeitos de escritura solicitamos a aprovação da aquisição do artigo rustico 8832 da Freguesia de Canas de Senhorim, mencionado no contrato já aprovado em 29 de Julho de dois mil e quinze pelo valor total de 742,00€ à Herança de Alberto Artur Marques, com o contribuinte n.º 741948966, representada pela cabeça de Casal Maria Manuela Alves, contribuinte n.º 129366889, residente na Rua do Fojo n.º 23, 3525-055 em Canas de Senhorim. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*
 ---- *O Senhor Presidente afirmou que achava que era a mesma coisa do ponto anterior. Em 29 de julho de 2015 foi aprovado também um contrato-promessa. O que se pede agora ali e porque isso é essencial para instrução da escritura de compra e venda, é a aquisição do artigo que está inserto no contrato-promessa, que é o rústico 8832, da Freguesia de Canas de Senhorim, pelo valor de 742,00 euros. -----*

---- *A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a aquisição do artigo rústico n.º 8832, da Freguesia de Canas de Senhorim, mencionado no contrato já aprovado em 29 de julho de 2015, pelo valor total de 742,00€, à Herança de Alberto Artur Marques, com o contribuinte n.º 741948966, representada pela cabeça de Casal, Maria Manuela Alves, contribuinte n.º 129366889, residente na Rua do Fojo n.º 23, 3525-055 em Canas de Senhorim, bem como autorizar o seu pagamento, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 395, datada de 08 de janeiro de 2016, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, atrás descrita. -----*

3 – DIVERSOS

(03/20160113)3.1.PROPOSTA DO TARGA CLUBE PARA ORGANIZAÇÃO DO “RALI VINHO DO DÃO” INTEGRADO NO CAMPEONATO NACIONAL DE RALIS – AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS. DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO

---- *Presente um e-mail, datado de 05 de janeiro de 2015, do Targa Clube, com sede no Porto, que a seguir se transcreve: -----*

---- *“Proposta do Targa Clube junto do Município de Nelas -----*

---- *Ex.m.º Senhor Dr. José Borges da Silva, Presidente do Município de Nelas -----*

---- *No passado dia 21 de dezembro e no seguimento da presença do nosso Presidente Fernando Batista, em Mangualde, enviamos a V.ª Ex.ª uma proposta para a realização de uma prova desportiva a contar para o Campeonato Nacional de Ralis 2016. -----*

---- *Compreendemos a época festiva que acabamos de celebrar mas a necessidade da FPAK (Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting) fechar e ter de publicar o Calendário Nacional Desportivo para todas as provas do desporto motorizado sobre a sua égide em 2016, obriga-nos a registar o nome do evento e inscrever a próxima até ao dia 15 do corrente mês. -----*

---- *Neste contexto, apelamos a V.ª Ex.ª se digne dar-nos uma resposta á referida proposta enviada.” -----*



Reunião de 13/01/2016

---- *Proposta do TARGA CLUBE junto do Município de Nelas* -----
 --- *No seguimento da reunião existente com a Vereadora Dr.ª Sofia Relvas acompanhada pelos Senhores Luís Costa e António Cândido e o nosso Presidente da Direção Fernando Batista no passado dia 16 do corrente mês e tal como o combinado vimos apresentar as condições necessárias para a realização de uma prova desportiva.* -----
 ---- *1 – A prova integrada no Campeonato Nacional de Ralis realizado sob o a égide da FPAK (Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting) no ano de 2016 é inscrita, obrigatoriamente pelo nosso Clube junto da mesma entidade federativa, sendo a data agendada para o mês de outubro com o nome designado pelo vosso Município.* -----
 ---- *No respeito do compromisso assumido com a FPAK, o rali terá a obrigatoriedade de fazer disputar as suas provas especiais de classificação (PEC,s) em piso de terra.* -----
 ---- *3 – O Targa Clube como associação desportiva detentora do alvará n.º 10 de Organizador de Provas e com realizações de provas integradas no CNR (Campeonato Nacional de Ralis) desde 1969 até aos dias de hoje onde se conta 45 edições, compromete-se:*
 ---- *a) Registrar a prova no Calendário Desportivo Nacional (FPAK) e a efetuar o correspondente pagamento da taxa de inscrição, bem como requerer o parecer às autoridades envolvidas conforme legislação em vigor para a obtenção da devida autorização para a realização do evento;* -----
 ---- *b) Proceder ao levantamento dos percursos necessários para a realização das PEC,s que na sua totalidade devem compreender o mínimo de 100 km e máximo de 140;* -----
 ---- *c) Prestar toda a colaboração necessária para as ações feitas para a divulgação da prova, nomeadamente apresentação oficial aos OCS, equipas, pilotos e público em local de acordo com o vosso Município de Nelas;* -----
 ---- *d) Elaboração dos necessários Cadernos de itinerário (Road Boock) e Livros de Segurança.* -----
 ---- *e) Assegurar todos os meios humanos licenciados junto da FPAK para a montagem da prova como: elementos para a Direção da Prova, Equipas de Comissários para o Colégio de Comissários Desportivos, Controladores nas PEC,s, Comissários Técnicos, Comissários de Parque, Comissários de Segurança, incluindo médicos e paramédicos, condutores de viaturas de segurança e outros, Secretariado da Prova, Relações com Imprensa e com os Concorrentes;* -----
 ---- *f) Será igualmente da responsabilidade do nosso Clube assegurar os meios técnicos como: material de cronometragem, viaturas, material para o Secretariado, Direção de Prova, Segurança, Sala do CCD e da Comunicação Social, redes rádios (3) e redes e fitas de orientação para o público, entre os CH e Partidas, Tomadas de Tempo de STOPS, assim como os necessários pronto socorros devidamente apetrechados;* -----
 ---- *g) Contratar via FPAK o competente seguro de responsabilidade civil para todos os concorrentes participantes que terá a sua validade desde o momento do início das Verificações Iniciais Documentais e Técnicas até ao final da prova, que no cumprimento das normas vigentes não poderá ultrapassar 36 horas;* -----
 ---- *h) Cumprir todas as normas exigidas pelo Caderno de Encargos da FPAK para a obtenção do melhor nível organizativo e assim poder continuar a manter-se em anos futuros no referido Campeonato Nacional de Ralis onde se incluem os ralis; Serras de Fafe; Castelo Branco; SATA – Açores; Vidreiro; Vinho da Madeira; Mortágua; Vinho do Dão; Casinos do*



Reunião de 13/01/2016

Algarve; -----
 ---- i) *Responsabilidade no pagamento dos valores correspondentes as licenças desportivas a solicitar a FPAK para todos os oficiais de prova, assim como o prémio de seguro para as equipas participantes á prova;* -----
 ---- j) *Estabelecer estreita e eficaz parceria com o Município de Nelas com vista a obtenção do maior êxito desportivo e social de forma a consolidar o rali e tornando o mesmo num cartaz promocional de mais-valia para a Região;* -----
 ---- k) *Disponibilidade da cedência de parte do espaço destinado a Organização (conforme regulamentação da FPAK) para publicidade nas nossas viaturas participantes, de Organização e na documentação produzida antes, durante e após a realização da prova. ----*
 ---- *Contrapartidas:* -----
 ---- *Da parte do Município de Nelas terá que existir o compromisso de: Serviços tipográficos para a leitura dos necessários Cadernos de Itinerário, Livros de Segurança, n.ºs de competição para as viaturas participantes, placas identificativas para as viaturas da organização e outros serviços como credenciais e identificações pessoais nas diversas rúbricas e respetivas fitas. -----*
 ---- *Assegurar locais com valências para a montagem de salas para: Direção de Prova – Segurança da Prova – Centro de resultados e fotocópias – CCD (Colégio de Comissários Desportivos) – Gabinete de Imprensa - Verificações documentais e entrega de material – devidamente equipadas com mesas e cadeiras. -----*
 ---- *Locais com as condições mínimas para a criação dos Parques de Assistência, Parque de Pré – Partida – Partida e Chegada (com o pódio montado) – Reagrupamentos e Parque fechado, entre as secções existentes na prova de forma a assegurar a que se evitem a infiltração de espetadores. -----*
 ---- *Local apropriado com condições de privacidade para se realizarem as verificações técnicas finais obrigatórias. -----*
 ---- *Montagem de todos os meios de segurança necessários para que a Super Especial a realizar no início da prova cumpra todas as condições impostas pela regulamentação, bem como o de policiamento adequado, bombeiros e instalação sonora. -----*
 ---- *A indicação precisa dos locais onde haja o interesse para a realização das PECS, assim como o compromisso para que os pisos possam ter as melhores condições, tendo em conta a criação de ZP (zonas públicas) e ZE (zonas espetáculo) onde sejam colocadas as necessárias grades para contenção do público. -----*
 ---- *Assegurarem a presença nesses mesmos locais dos elementos da GNR e Corporações de Bombeiros necessários após levantamento dos percursos assim como no local das verificações técnicas iniciais e parque de assistência. -----*
 ---- *Produção de material (cartazes e flyers) para a divulgação da prova, assim como cedência de espaço para a apresentação oficial da prova e cerimónia da distribuição de prémios. -----*
 ---- *Os necessários troféus e taças e prémios de presença (obrigatório a todos os participantes) conforme o número de participantes inscritos nos Grupos e Classes, além dos obrigatórios aos primeiros classificados na Geral. -----*
 ---- *Assegurar alojamentos e refeições para os Elementos da Organização em números aproximados de: 30 refeições diárias mais 5/6 alojamentos duplos para os dois dias*



Reunião de 13/01/2016

anteriores ao início da prova; 60 refeições para o primeiro dia de prova e 40 alojamentos duplos para uma noite; 200 refeições para o segundo dia de prova para todos os Elementos da Organização, incluindo os elementos das Corporações dos Bombeiros e outros serviços, Apoio financeiro de 30.000 euros. -----

---- Certos da vossa melhor atenção, disponibilizamo-nos para os esclarecimentos que entenderem solicitar, ficamos a aguardar vossas notícias. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que foi enviado aos Senhores Vereadores a proposta do Targa Clube, que é uma associação que organiza, no âmbito do Campeonato Nacional de Ralis e sobre a égide da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting o Campeonato Nacional de Ralis. Portanto, do que se trata é do Município de Nelas continuar a organizar o Rali do Vinho do Dão, à semelhança do que aconteceu em outubro passado e que contou, na altura, para o Campeonato do Centro de Ralis, organizado pelo Clube Automóvel do Centro, mas agora, fruto da muito boa organização, há sempre aspetos a melhorar, ia dizer excelente, mas muito boa organização do Rali e deste evento em termos de afirmação de Nelas e desta Região, como, de facto, região central da Região Vitivinícola do Dão, foi possível com a Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting Nelas liderar nas condições que ele, Senhor Presidente, também já ia indicar aos Senhores Vereadores, Nelas liderar uma prova já em outubro deste ano incluída no Campeonato Nacional de Ralis, portanto, não estavam a falar do Campeonato Regional, estavam a falar do Campeonato Nacional, como os Senhores Vereadores podiam constatar na site da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, com provas já confirmadas a começarem em março, o Rali Serras de Fafe, o Rali de Castelo Branco, o Rali da SATA, Açore, o Rali Vidreiro, da Marinha Grande, o Rali Vinho da Madeira, o Rali de Mortágua, o Rali Casinos do Algarve. No ano passado, sem considerarmos os custos que têm sempre que ser partilhados, mas que terão sempre que ser realizados, de arranjos dos caminhos agrícolas e florestais, que é uma atividade que tem que ser anual e permanente, porque os caminhos também basta dar uma volta agora pelos caminhos e verificar que as chuvadas, apesar das bermas e do esforço que se faz para os manter, todos os anos têm que ser intervencionados e, portanto, têm que ser reparados os caminhos agrícolas. Portanto, sem considerar esse esforço financeiro, que é normal da Câmara Municipal, no ano passado o Rali do Vinho do Dão teve gastos diretos, os 13.000,00 euros para o Automóvel Clube do Centro, em termos de organização, e depois mais uma série de despesas associadas, num total de 27.000,00 euros, portanto, 13.000,00 euros de apoio ao Automóvel Clube do Centro, para a organização da prova, para os registos da prova, para os Senhores que depois, no final, estão lá a controlar os tempos, depois aquelas máquinas e essas coisas todas. E depois também uma série de custos associados à organização do Rali, que rondam o valor de 27.000,00 euros. Portanto, relativamente a esta proposta, no ano passado veio depois até para aprovação, quase para ratificação, porque se assumiu o compromisso, por parte da Câmara, ele, Senhor Presidente, presumiu que seria uma ação de promoção territorial aceite pela Câmara no âmbito da dinâmica própria da centralidade do vinho, da Feira do Vinho do Dão, etc., mas este ano, porque se trata de uma organização já com outra dimensão e com outra importância natural, não só local, nem regional, mas um evento de dimensão nacional, o Executivo decidiu trazer esta proposta no sentido da Câmara, previamente, sobre ela se pronunciar. Portanto, relativamente a esta proposta do “TARGA CLUBE” para organização do “Rally Vinho do Dão”, integrado no campeonato nacional de ralis 2016, que seria



Reunião de 13/01/2016

previsivelmente a realizar nos dias 14 e 15 de outubro deste ano. -----

---- *“Considerando: -----*

--- I. *A marca “Vinho do Dão” e tudo o que à mesma está associada em termos de produto endógeno, em particular a centralidade de Nelas na região vitivinícola do Dão, aqui se justificando por isso o Centro de Estudos (CEVD) desde 1946, o primeiro depósito vínic da antiga Federação dos Vitivinicultores do Dão desde 1941, e a realização da “Feira do Vinho do Dão” há, pelo menos, 24 anos; -----*

---- II. *O ano de 2016 como o ano do 25.º aniversário da “Feira do Vinho do Dão”, feira essa com crescente afirmação em termos regionais e nacionais; -----*

---- III. *A tradição e adesão elevada da comunidade municipal, e também regional, às provas de desporto automóvel no nosso território, de que é exemplo a realização do “Rally do Vinho do Dão” em outubro passado e as edições anteriores no início do ano 2000; -----*

---- IV. *Que o vinho, e tudo o que ao mesmo está associado, como a ocupação do território em termos agrícolas (o Município de Nelas tem mais de 1000 hectares de vinha plantada), a transformação do produto de forma crescente com novos projetos (construção e requalificação de adegas em curso, retomando-se a centralidade de Nelas também nesse aspeto) e os investimentos que se perspetivam em termos de enoturismo, em cuja rota desenhada pela CVR Dão participam mais de 25% do total dos aderentes iniciais situados no nosso território (11 dos 41), constitui o vinho um produto essencial na nossa estratégia de desenvolvimento; -----*

---- V. *Que o desenvolvimento económico e a criação de emprego são desígnio fundamental do Município de Nelas, objetivo esse que também se obtém pela atividade acima referenciada (na vertente agrícola em termos de produção, transformação, comercialização e também na envolvente turística); -----*

---- VI. *Que a realização do “Rally do Vinho do Dão” a concretizar em outubro deste ano 2016 e integrado no Campeonato Nacional de Ralis, e pela primeira vez em Nelas e na Região (1.ª divisão da atividade de Ralis) juntamente com, entre outros mas sobretudo, os ralis do Vinho da Madeira, do Casinos do Algarve, dos Açores e outros, potenciará objetivamente todos os desígnios acima referenciados; -----*

---- VII. *Que os montantes financeiros em causa (30.000,00€ - trinta mil euros de subsídio reclamado por este Targa Clube e outras contrapartidas, num valor total aproximado de 50.000€) poderão, por um lado, ser renegociados com a entidade organizadora e, por outro, divididos, quer com a Câmara Municipal de Mangualde, a quem foi já dirigido o convite para estar com o Município de Nelas na coorganização, quer com entidades privadas, industriais e/ou comerciais, ligadas ao setor do vinho e/ou ao setor do comércio e indústria automóvel (como a “Dão Sul” – patrocinador do Rally de 2015, a “JC.. Automóveis” – da mesma forma, mas também a PSA e outras entidades, designadamente, bancárias, como a Caixa de Crédito Agrícola) e mesmo unidades ligadas ao turismo (à semelhança do que aconteceu em 2015 com as “Casas do Lupo”); -----*

---- VIII. *Que como coorganizadores e/ou patrocinadores serão envolvidos também a “CVR Dão”, a “Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões”, o “Turismo do Centro” e outras entidades; -----*

---- IX. *Que este investimento constituiria a continuação da afirmação de Nelas como o coração e como centro motor da região vitivinícola e potenciará outros investimentos a*



Reunião de 13/01/2016

enquadrar no âmbito do PT 2020 e do PO Regional, de que são exemplo o reforço da importância do Centro de Estudo Vitivinícolas do Dão como futuro centro de investigação, experimentação e inovação da Região do Dão e o desenvolvimento do projeto de Santar como Vila e centro vínico da Região do Dão; -----

---- X. Que este reforço da afirmação de Nelas é uma oportunidade que não pode desperdiçar-se e continua o investimento já colocado na preparação, organização e realização do Rali do Vinho do Dão de 2015, que tão bons resultados alcançou em termos de adesão de equipas e público, com as inerentes consequências positivas no reforço da economia local; -----

---- XI. Que os investidores neste domínio do vinho, e em tudo a que o mesmo produto está associado, bem como todos os outros investidores do território, em especial os ligados à atividade turística como a hotelaria e a restauração, precisam e merecem este esforço financeiro de promoção territorial por parte do município, com o inerente desenvolvimento e bem-estar da comunidade e seus membros; -----

---- XII. Que a gestão financeira da Câmara Municipal e cumprimento do PAF-Plano de Ajustamento Financeiro realizada nos anos de 2014 e de 2015 e a que se perspectiva para este ano de 2016, como na conta de gerência do ano de 2016 se evidenciará, fazem crer que será possível comportar esta despesa, e outras de igual natureza de promoção territorial como as da 25ª edição da Feira do Vinho do Dão, com os investimentos que são necessários realizar em outras áreas e nas diversas freguesias e mesmo um alívio da carga fiscal a decidir no tempo e pelos órgãos próprios; -----

---- PROPÕE-SE: -----

---- a) Que a Câmara Municipal delibere a realização, por si só ou com outros parceiros (entre os acima referenciados ou outros) do “Rally do Vinho do Dão 2016”, constante da proposta efetuada pelo “TARGA CLUBE” integrada no campeonato nacional de ralis a realizar sob a égide da FPAK (Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting) durante o ano de 2016; -----

---- b) Que a Câmara Municipal suporte as despesas necessárias à realização do mesmo evento, por si só, ou em coorganização ou em patrocínio com outras entidades públicas, privadas ou associativas, como nos considerandos se referiu; -----

---- c) Que as despesas a realizar com o evento sejam preferencialmente orientadas para aquisição de bens e serviços a fornecer por empresas do concelho e que os caminhos agrícolas e florestais sejam mantidos em boas condições de utilização, antes e depois da realização do mesmo evento. -----

---- Nelas, 13 de janeiro de 2016. -----

---- Os proponentes: Dr. José Manuel Borges da Silva; Dr. Alexandre João Simões Borges; Dr.ª Sofia Relvas Marques e Adelino José Borges Amaral.” -----

---- O Senhor Presidente continuou a sua intervenção só dando mais uma nota de que, de facto, o Executivo tem até ao dia 15 que dar resposta se o Município de Nelas lidera, ele, Senhor Presidente, não diz agora, colidera, mas diz, lidera esta questão da organização do Vinho do Dão, que é uma oportunidade que pela primeira vez se está a colocar, que ele, Senhor Presidente, se está a colocar ali ao Município no sentido de realizar uma prova que ombreie com as grandes provas de Rali do País, como o Rali do Vinho da Madeira, o Rali Vidreiro, o Rali da SATA – Açores, etc. Portanto, uma vez que são necessários, como na



Reunião de 13/01/2016

proposta se diz, o Executivo, em 2015, intervencionou 30 kms de caminhos que foram necessários para as três PEC,s, que foi necessário levar a efeito. No mínimo são necessários 100 kms, 100 a 140 kms. Será um Rali em terra batida preferencialmente. O Executivo propôs à Câmara de Mangualde a coorganização desta prova, com repartição igualitária dos custos e, naturalmente, os benefícios associados a esta promoção territorial. Isto foi feito na quinta-feira. Ele, Senhor Presidente, não tem uma posição definitiva ainda da Câmara de Mangualde relativamente a isto. Sabia que havia contactos da Câmara de Mangualde com eventuais patrocinadores, particularmente com a PSA. Portanto, temos boas expetativas de conseguir, ou a Câmara de Mangualde, ou mesmo entidades ligadas ao setor automóvel no Município de Mangualde e outros e também a expetativa de que neste arranque do Quadro Comunitário uma prova como o Rali do Vinho do Dão seja apoiado pela CIM Viseu Dão Lafões, pelo Turismo do Centro, pela própria ADD, que também não está ali referenciada, pela CVR Dão. Ele, Senhor Presidente, recorda que a ADD para esta Feira do Vinho do Dão já deu este ano 5.000,00 euros. Portanto, a expetativa é de que se conseguir junto dos patrocinadores, empresas e/ou institucionais conseguir dividir as despesas no sentido de que os custos por parte do Município sejam minorados. A utilidade do Rali e ele crê que se tirássemos os custos deve ser pacífica para toda a gente, não havendo a questão dos custos, mas, naturalmente, uma dimensão desta natureza tem custos e ele, Senhor Presidente, acha que é uma oportunidade que encaixa perfeitamente na nossa estratégia de promoção territorial, de afirmação de Nelas como referência de atração de investimento, aliás, todos viram ainda este fim-de-semana no Jornal do Centro o conjunto de investimentos, alguns concretizados, outros em perspectiva de concretização, que foi feito do Distrito de Viseu e Nelas, apesar de ser dos Municípios mais pequenos e com menos território e menos população, é aquele que lidera, quer o incremento dos investimentos das empresas instaladas, quer a criação de emprego, quer a instalação de novos projetos em todos os setores, seja no industrial, seja no turístico, seja no agrícola. Acha que um valor nessa promoção territorial, num ano em que se comemoram as Bodas de Prata da Feira do Vinho do Dão, no âmbito da gestão financeira de promoção territorial do Município, como acontecem noutros, como no Fundão e noutros Municípios, ele, Senhor Presidente, acha perfeitamente ajustado e ficaria com muita pena, no futuro, sendo Autarca, ou não, que tendo Nelas tido oportunidade de liderar, ou coliderar, um Rali como o Rali do Vinho do Dão equiparável a um Rali do Vinho da Madeira, e dos Açores e do Vidreiro e etc., ele fosse parar, sabia lá, a Viseu, ou a Penalva do Castelo, ou a outros até Municípios como Viseu, com mais capacidade e que sem dificuldade, teriam possibilidade de agarrar uma organização do Rali desta natureza diminuindo, ou podendo fragilizar até outras iniciativas que nós próprios temos como aquela que queremos reforçar, que é a Feira do Vinho do Dão, que é este Centro Vitivinícola ali junto à Praça do Município, seja Santar como centro da do Enoturismo da Região do Dão, seja o Centro de Estudos, sejam as próprias Caldas da Felgueira, porque um Rali do Campeonato Nacional de Ralis tem sempre uma projeção e uma afirmação de visibilidade do território que outras iniciativas não têm. Um dia destes estava na SIC Notícias a ver um programa sobre automóveis e estava a dar um resumo do Campeonato Nacional de Ralis, portanto, um resumo de cinco minutos de cada uma das provas do Campeonato, portanto, com os meios que nós conhecemos, não é uma prova com impacto meramente local. Portanto, passa de 40 concorrentes, 40 pilotos de primeira categoria no Campeonato Nacional. Permitiria também este ano, sendo em outubro, em cada um dos Ralis



Reunião de 13/01/2016

fazer uma promoção territorial de Nelas e também das realizações que vão fazer-se em Nelas, particularmente, da Feira do Vinho do Dão. Nós aproveitaríamos essa oportunidade para em todos os Ralis, já com início em março, promovermos o território, promovermos o Rali do Vinho do Dão, a centralidade de Nelas e a afirmação de Nelas, mas também a Feira do Vinho do Dão e Santar e as Caldas da Felgueira, e tudo o que está associado ao nosso desenvolvimento territorial. Portanto, era proposta que nós trazemos à Câmara cientes de que o valor que está envolvido, 50.000,00 euros e mais o que está associado à preparação de toda a prova se justificam no âmbito da essencialidade do desenvolvimento económico e criação de emprego que se tem verificado, quer nos últimos 2 anos, quer, diga-se em abono da verdade, com um esforço, mais ou menos conseguido de todos os Executivos da Câmara Municipal, nos últimos anos, quer depois no Poder Local Democrático, quer, seguramente, anteriormente. Questionou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar relativamente aquela proposta. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que devia dizer que era um apreciador dos Ralis e se for nesta competição nacional ainda mais. Mas isso pouco interessa para o caso até porque gosta muito de muitas coisas mas também não as compra. Ainda assim, que o Senhor Presidente o deixasse dizer que, salvaguardando certas situações que têm que ser salvaguardadas, achava ele e o Senhor Presidente já pôs ali algumas, mas acha que era importante salvaguardá-las por isso mesmo, que é, se nós vamos pedir às empresas do Concelho que nos apoiem também neste Rali, acha que era importante que as empresas do Concelho, que façam trabalhos, ou forneçam serviços, também sejam elas a fornecer esse serviço ao Rali. Estava a falar especificamente na questão de elaboração de publicidade, de targens, que era importante dar preferencialmente, mas acha que era importante, quase obrigatório que fossem feitos esses gastos aqui no Concelho, desde que haja. Era importante é que fosse tido isso em atenção. Era uma das situações que o leva a fazer essa proposta. Ele, Vereador Artur Ferreira, como disse, no seu ponto de vista, acha que será bom para o Concelho. Lembra-se que quando foi o Rali do ano passado, o Senhor Presidente falou que viu na SIC Notícias mas ele, Vereador Artur Ferreira, viu na RTP Açores e na RTP Madeira a reportagem também do Rali do ano passado, que era só local, digamos assim. Naturalmente, vendo o Rali SATA Açores, que ele via, apesar de ser diferente, porque também tem outra componente, se os concorrentes forem de igual águila que ele via no Rali SATA Açores, será excelente, se for só os nacionais, mesmo assim se for os nacionais que o Rali SATA Açores e no Rali Vinho da Madeira, também serão bastantes, acha que é atrativo. Por isso, acha que nós temos é que controlar estes valores. Ele disse no início, quando foi no Orçamento, que os valores que estavam definidos para a Feira do Vinho do Dão e para outros eventos, sendo certo que não era este que estava proposto, ou que não era pensado, não chegava para aquilo que nós pretendíamos, pensa ele, promover nesses eventos e os dez mil euros que lá estão são insuficientes, sendo certo que eram previstos para outro tipo de Rali. Acha que era importante que nos orçamentos futuros deste, ou doutro Executivo, ou doutros Executivos, terem isso em atenção e se calhar, não é por mais cem mil euros que estejam no Orçamento que se pode ir, em termos das despesas, que deviam estar lá logo salvaguardadas estas situações. -----

---- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, cumprimentou todos os presentes. Pediu, primeiro de tudo, que subscrevesse as palavras do Senhor Vereador



Reunião de 13/01/2016

Dr. Manuel Marques e também desejar a todos um Bom Ano, à Mesa e ao Público também presente e obviamente a quem está a secretariar a reunião. Relativamente à proposta queria dizer que, reforçando aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente e também respondendo áquilo que o Senhor Vereador Artur Ferreira disse, obviamente a preocupação do Executivo também é essa. O Executivo não pode é, obrigatoriamente, adquirir às empresas do Concelho porque tem que ter em consideração outras questões como, nomeadamente, o preço e a própria existência do produto, mas, obviamente, é intenção do Executivo que isso possa acontecer nas questões que abordou. Relativamente à importância do Rali, a ele, Senhor Vice-Presidente, parece-lhe que será um melhor investimento a verba despendida na realização do Rali que conte para o Campeonato Nacional, exatamente pelo mediatismo que envolve. Portanto, é muito maior, aliás, temos aqui próximo um Rali, que é o Rali de Mortágua, que é conhecido a nacional e que, ele, Senhor Vice-Presidente, arriscar-se-ia a dizer que, se calhar, é o evento que põe Mortágua no mapa em termos nacionais e outros. Obviamente, não será o Rali dos Açores porque o Rali dos Açores, pensa ele, que conta para o Campeonato Europeu, ou até para o WRC, não é o WRC, mas é um outro Campeonato, portanto, a nível mundial. Mas, obviamente que será bom e até relativamente aos caminhos, isso será uma oportunidade para, em todo o Concelho, reabilitar alguns caminhos que precisam de uma intervenção um bocadinho mais de fundo e que permitirá até que eles se tornem mais resistentes porque, concerteza que, até pelas exigências técnicas, as reparações dos caminhos será feita com outras exigências e que permitirá, se calhar, perdurarem um pouco mais no tempo e possam ser caminhos mais resistentes às intempéries. Portanto, acha que é um excelente investimento e que poderá, à semelhança daquilo que acontece nos outros locais onde são organizadas provas do Campeonato Nacional, também ajudar à promoção do território do Concelho de Nelas e, portanto, parece-lhe uma ótima iniciativa. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Desejou um Bom Ano a todos. Afirmou que neste assunto é sempre difícil tomar uma decisão quando estão em causa gastos de dinheiro, de algum dinheiro, de muito dinheiro, 50.000,00 euros, enfim, é ainda significativo mesmo numa entidade que tem um Orçamento de 10 milhões de euros, mas sabendo que o valor que fica disponível no Orçamento para este tipo de investimento é limitado e, portanto, há que ponderar sempre este tipo de investimento, sabendo as dificuldades financeiras que o Executivo herdou do Executivo anterior e que, felizmente, tem vindo a ultrapassar e a minimizar, mas, reconhecendo, de facto, a importância do evento deste tipo para a promoção do Concelho e para a promoção do seu produto de referência, que é o vinho e enquadrar essa importância e esse evento naquilo que ele, Vereador Adelino Amaral, julga ser um objetivo estratégico também do Município, que é a promoção do turismo, e no caso concreto, também do enoturismo, mas do turismo também envolvendo a ocupação de unidades hoteleiras, nomeadamente, na Felgueira, junto à Estância Termal, portanto, parece-lhe que a decisão só pode ser, de facto, assumir a responsabilidade pela realização desse evento e pelo seu financiamento e ele, Vereador Adelino Amaral, portanto, dá também o seu aval à realização dessa despesa, salvaguardando ali os pontos que já foram referidos anteriormente, que ele acha que é importante, em primeiro lugar, garantir que a negociação seja feita para valores, enfim, mínimos possíveis, que seja feita a negociação, quer com o clube organizador, quer com as entidades todas que vão fornecer bens e serviços, procurar



Reunião de 13/01/2016

maximizar os apoios, portanto, envolver mais empresas e mais entidades na comparticipação de custos. Parecem-lhe importantes as entidades que o Senhor Presidente referiu e empresas privadas e outras organizações, parecem-lhe importantes, mais até do que talvez, se nós quisermos dar a este Rali uma identidade, dar-lhe uma certa identidade como sendo da organização do Município de Nelas mais até do que procurar apoios doutros Municípios, ele, Vereador Adelino Amaral, preferia procurar apoios doutras entidades, mesmo empresas, embora possam ser e devam ser de outros Municípios, pois é importante envolver entidades exteriores ao Município também nesse apoio. Depois, a orientação das despesas para as empresas do Concelho, parece-lhe muito importante. Portanto, essa foi, de facto, uma das preocupações que foi posta desde o início. A sugestão do Senhor Vereador Artur Ferreira, era evidente que essa sugestão é clara mas também temos que trabalhar dentro dos limites legais. Nós não podemos estabelecer em nenhum tipo de realização de despesas que essa despesa seja feita com empresas do Concelho porque pode até o serviço não existir e sujeitamo-nos a fazer uma compra em condições desfavoráveis. Portanto, desde que a oferta seja satisfatória e que o nível de preços seja bom, acha que sim, que as empresas do Concelho devem ter preferência em todas as áreas, desde hotéis e restaurantes até às tipografias e desenvolvimento gráfico e publicidade e tudo é pena não haver mais jornais e canais televisivos que também possam fazer a cobertura e essas coisas todas. Portanto, acha que isso também é uma preocupação importante. Depois, a manutenção dos caminhos de todos os percursos que forem utilizados porque, às vezes, ouve-se queixas que alguns eventos que são realizados, nomeadamente nas aldeias, depois, além de deixarem ficar as fitas sinalizadoras e deixarem ficar lá esse material todo, enfim, a poluir em termos visuais e ambientais, deixam ficar os caminhos, ele, Vereador Adelino Amaral, não diz não tanto em mau estado, mas o problema é que a terra dos caminhos é revolvida e depois, a seguir, vem a estação das chuvas, portanto, vem o período das chuvas e aquilo transforma-se num lamaçal completo, o que não dá muito jeito depois para as pessoas passarem, já não diz as pessoas e os animais porque, neste momento, já se usa mais o trator, mas mesmo assim, parece-lhe que era importante, que, aliás, isso deve ser uma preocupação constante ao longo do ano, mas seria importante depois do Rali os Serviços da Câmara fazerem uma espécie de uma vistoria e deixarem levar, ou até mesmo a compactação posterior, se calhar, era importante fazer isso. Depois, só ali uma nota final e tendo em conta aquilo que ele, Vereador Adelino Amaral, disse no início, que no seu entender o Município de Nelas devia assumir, portanto, digamos que o protagonismo principal na realização deste evento e não tanto reparti-lo com outras Câmaras, com outras Autarquias, porque também lhe parece que neste momento a concorrência à volta da marca Vinho do Dão também é muito grande e ele, Vereador Adelino Amaral, até sugeria que se ponderasse uma designação diferente para o Rali, por exemplo, Rali de Nelas Vinho do Dão em vez de ser Rali Vinho do Dão porque, neste momento, há uma grande apetência de vários Municípios pela marca Vinho do Dão e pensa que Nelas tem condições para se afirmar como detentora, não diz dessa marca, mas dos direitos da valorização dessa marca e desse produto. Portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, até sugeria que, se isso fosse possível, repensar a designação do Rali. Em vez de ser só Rali Vinho do Dão, porque Rali Vinho do Dão pode ser uma coisa de Nelas, ou do Carregal do Sal, ou de Viseu, ou até de São Pedro do Sul e ele sugeria que fosse adotada uma outra designação, por exemplo, Rali de Nelas Vinho do Dão.--

---- O Senhor Presidente questionou se mais algum Senhor Vereador se queria pronunciar



Reunião de 13/01/2016

sobre aquela proposta, não se registando mais nenhum pedido de intervenção. O Senhor Presidente afirmou ainda que o texto da proposta tem os Considerandos e as alíneas finais que estão designados, naturalmente, depois no âmbito, quer da negociação, quer das conversas que têm que haver com patrocinadores e que também já houve com a Câmara de Mangualde, serão tidos todos estes aspetos em consideração, que lhe parecem importantes, quer o fornecimento de bens e serviços, quer os caminhos agrícolas, quer o protagonismo principal de Nelas, quer a questão de Nelas ser mais potenciadora, ou mais restritiva da questão do Vinho do Dão, serão fruto, naturalmente, de análise e de confrontação relativamente a isso porque a questão, de facto, aproximar mais o nome de Nelas do Vinho do Dão pode ser importante em termos da origem da despesa e da potenciação do território municipal, mas também mais redutor do ponto de vista da importância de Nelas na Região Vitivinícola. Portanto, a Feira do Vinho do Dão chama-se Feira do Vinho do Dão e realiza-se em Nelas. Mas também vai depender muito dos parceiros. Está uma marca registada pela Comissão Vitivinícola Regional, Rali Vinho do Dão e que está cedida ao Município de Nelas para utilização. Mas, pronto, o Executivo vai ver agora no âmbito dos patrocínios. Imagine-se que a empresa Dão Sul, ou a PSA, ou As Casas de Lupo, ou a JC Automóveis, no âmbito do apoio concreto que possam querer dar em termos de patrocínio, também fazem uma e, portanto, fica em aberto essa sugestão, a afirmação maior de Nelas relativamente à potenciação do investimento que vai ser feito. Mas, depois o Executivo vai dando conta do evoluir destas questões, o importante era, de facto, ver se há condições, ou não, para, até ao dia 15, responder a esta solicitação. E, portanto, em face desta proposta, a Câmara Municipal deliberar a realização, por si só ou com outros parceiros, do “Rally do Vinho do Dão 2016”, constante da proposta que foi enviada, a Câmara Municipal suporte as despesas necessárias à realização do mesmo evento, por si só, ou em coorganização ou em patrocínio e que as despesas a realizar com o evento sejam preferencialmente orientadas para aquisição de bens e serviços a fornecer por empresas do concelho e que os caminhos agrícolas e florestais sejam mantidos em boas condições de utilização, antes e depois da realização do mesmo evento. -----

---- De seguida, o Senhor Presidente pôs à votação a proposta atrás descrita, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com seis votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr.^a Sofia Relvas Marques, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral, e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, com declarações de voto dos Senhores Vereadores Dr. Manuel da Conceição Marques, Artur Jorge dos Santos Ferreira e Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, dando o Senhor Presidente três minutos a cada um dos referidos Senhores Vereadores para apresentarem as respetivas declarações de voto pela ordem de inscrição. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou o seguinte: *“Apresentarei por escrito no final da reunião e também quero entregar à imprensa aqui presente e, portanto, para não me estar a levantar da mesa, entregarei a V.^a Ex.^a no final da reunião e também entregarei depois, de imediato, ao Senhor Jornalista ali presente porque é uma questão que diz respeito à atividade da Câmara, diz respeito à minha atividade inerente de Vereador e pedia à imprensa presente que a publicasse. Muito obrigado.”* -----



Reunião de 13/01/2016

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado, Senhor Presidente. O voto favorável deve-se, apesar do valor, ser significativa a verba, no entanto acho que considero ser o evento, como disse, já foi também discutido de importante para o Concelho e acho que de promoção para o Concelho e que sempre salvaguardando aquilo que foi deliberado, sempre com os valores mínimos possíveis em termos de gastos e salvaguardando as empresas do Concelho, quer em termos de oferta, de venda de bens e serviços.”* -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves apresentou a seguinte declaração de voto: *“Subscrevo a declaração de voto do Vereador Artur Jorge, mas não quero deixar de dizer que o que me faz votar favoravelmente e mais uma vez vou voltar a frisar, acho que o valor é muito elevado mas a que nível de projeção que poderá ser muito bom para Nelas, Nelas terra, para as empresas de Nelas, para o turismo de Nelas e concordo também com a sugestão do Vereador Adelino em que se deveria mudar o nome para Rali de Nelas Vinho do Dão. Isto agora, não é declaração de voto, é só uma questão, aliás, eu acho que ele quando era feito antes tinha mesmo esse nome. Não quero afirmar mas tenho ideia que se chamava Rali de Nelas Vinho do Dão. Acho que era importante porque ajuda a pôr Nelas no mapa.”* -----

4 – CONTABILIDADE

4.1. MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, N.ºS 19 E 20, E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, N.ºS 19 E 20, DE 2015 – COMPETÊNCIA DELEGADA – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que no final do ano, mercê do cabimento orçamental que foi necessário enquadrar, houve necessidade de fazer duas alterações orçamentais que são aquelas que foram enviadas aos Senhores Vereadores e relativamente às quais, ele, Senhor Presidente, perguntou se algum dos Senhores Vereadores se quer pronunciar sobre elas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, obviamente, que não era contra a alteração 19.^a e 20.^a, só para dar um remoque ali ao Senhor Vereador Adelino Amaral que tantas vezes martelava na cabeça do anterior Executivo e criticava o número de alterações orçamentais. De facto, vamos no terceiro ano de mandato deste Executivo, o segundo, o primeiro, de facto, tolerava-se o número dessas alterações todas de acordo com as razões expressas à data, 20, não estava mal, estava mais, ou menos igual àquelas que fazia o anterior Executivo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral, dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que julgava que, não sabia se a Senhora Dr.^a Célia podia esclarecer, mas julgava que eram mais, eram muito mais, ele, se não se engana, acha que chegavam às 30. Julga que a média era superior a uma por reunião. Portanto, parece-lhe que 19, sendo um número, enfim, superior aquele que seria desejável, concordava, mas ali a questão, ele, Vereador Adelino Amaral, julga que houve anos que foi mais. Mas no último ano do anterior mandato já foi um ano de contenção. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que estava ali tão caladinho, foi só para se meter como o Senhor Vereador Adelino Amaral.-----



Reunião de 13/01/2016

---- A Câmara tomou conhecimento das Modificações ao Orçamento Municipal para o ano de 2015, n.ºs 19 e 20, e às Grandes Opções do Plano, para o mesmo ano de 2015, n.ºs 19 e 20, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

4.2.MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, N.º 1, E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, N.º 1, DE 2016 – COMPETÊNCIA DELEGADA – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que, para agravar a discussão anterior, já houve necessidade de fazer uma modificação orçamental este ano. Portanto, já houve necessidade de comportar umas precisões de receitas e despesas que ficaram feitas no Orçamento para 2016. Só queria dar Senhores Vereadores que, de facto, era até aí e acha que até recomendação da própria DGAL, desejável que os orçamentos, que em matéria orçamental haja um maior rigor possível, sendo certo que o Executivo tem tido na Câmara, para além de toda as restrições decorrentes das regras impostas pela Administração Central e pelo Governo Central, seja por via do Orçamento de Estado, das regras de equilíbrio, da diminuição de despesa e etc., que vem em todos os Orçamentos, o Executivo está sujeito a um Plano de Ajustamento Financeiro que tinha uma previsão de receitas e de despesas, incluindo receitas correntes como impostos e taxas e de despesas como despesas de investimento, às quais o Executivo tem que adequar, no início do ano, o Orçamento porque a DGAL faz uma verificação orçamental, quer de acordo com essas regras todas, incluindo as regras do equilíbrio orçamental e a distribuição das opções políticas que os Senhores Vereadores têm visto, são sempre generosas pela parte do Executivo em termos de proposta orçamental. Por exemplo, neste Orçamento de 2016, o Executivo tem cerca de 70% de receitas correntes, 73% de receita corrente e 27% de receitas de capital, mas depois transforma-as em 40% de despesas de capital e apenas 60% em despesas correntes. Portanto, isto é o propósito inicial do Executivo, é o seu objetivo. Mas, depois, fruto, também da execução orçamental que se vai verificando, o Executivo vai tendo que ir ajustando, havendo alguma flexibilidade, de facto, nessa gestão financeira interna. O que ele, Senhor Presidente, podia transmitir à Câmara e, seguramente, na próxima reunião virá com mais rigor, ou na primeira reunião de fevereiro. O Executivo está a encerrar as contas de 2015. Passou o ano com uma dívida total do Município a rondar os 11,5 milhões de euros, portanto, um pouco abaixo já do limite máximo de endividamento permitido. O Executivo fez um esforço no final de dezembro no sentido de, salvo o erro, não deve chegar a 100.000,00 euros as dívidas de curto prazo a fornecedores. De seguida, perguntou à Senhora Dr.ª Célia, se a dívida de curto prazo chegava aos 100.000,00 euros. O Executivo fez um esforço no final deste ano de 2015 para fazer o máximo de pagamentos da dívida de curto prazo, para entrar no dia 1 de janeiro de 2016 com um nível de endividamento total abaixo do limite máximo de endividamento permitido à Câmara de Nelas, que permite ao Executivo, numa das próximas reuniões, quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal, no contacto que o Executivo está a estabelecer também neste âmbito da reunião que ele, Senhor Presidente, pediu com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, no âmbito, de facto, de renegociar o Plano de Ajustamento, revogar o Plano de Ajustamento, a amortização dos 412.000,00 euros, ou 413.000,00 euros foi feita no PAEL, no empréstimo do PAEL e, portanto, o Executivo tem uma dívida nesse empréstimo que rondará os 500.000,00 euros, tendo pedido a confirmação da Senhora Dr.ª Célia, o que permite também ao Executivo, junto da DGAL e da Administração Central, com essa margem, fazer, de facto, um ajustamento



Reunião de 13/01/2016

entre aquilo que foram as previsões do Plano de Ajustamento Financeiro efetuadas em outubro de 2012 e a realidade atual do Município em termos de ajustamento financeiro acelerado quer do pagamento da dívida de curto prazo, cujos pagamentos continuam a decorrer o mais rápido possível, de acordo com a prática dos Serviços, a rondar os 40 dias, quer, no final dos exercícios, fazer os pagamentos máximos à economia local. Portanto, o Executivo passou o ano ainda com um saldo de execução orçamental a rondar os 605.000,00 euros do ano passado para este ano. Portanto, há sempre esta margem de segurança e o Executivo tem todas as condições para este ano, de facto, ver se tem condições de aproveitar esta margem do limite do endividamento, que já baixou dos mais de 16 milhões de euros em outubro de 2013, endividamento total, para 11,5 milhões de euros em dezembro de 2015. Não sabia se algum dos Senhores Vereadores tinha alguma dúvida relativamente a este ponto 4.2 - Modificações ao Orçamento Municipal, n.º 1, e às Grandes Opções do Plano, n.º 1, de 2016. – Competência delegada – Conhecimento. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente que lhe fosse reforçado o valor em dívida do PAEL em 31 de dezembro de 2015. Os Serviços dizem que é entre 600.000,00 euros e 800.000,00 euros. A ser verdade este Executivo só liquidou metade do PAEL. O que quer dizer que a ser verdade o aumento substancial do IMI de 900.000,00 euros para 1.700.000,00 euros nos anos de 2014 e 2015, nem sequer metade foi utilizado para liquidar o PAEL desse aumento. Era essa pergunta que queria fazer. De facto, qual era o valor de dívida do PAEL em 31 de dezembro de 2015 porque se foi só 800.000,00 euros que se liquidou, reforçava e repetia, como o IMI aumentou 900.000,00 euros em relação a 2012, o que quer dizer que 900.000,00 euros por ano, em dois anos foram 1.800.000,00 euros, a Câmara, nem metade desse valor liquidou do IMI. Era isso que ele, Vereador Dr. Marques, queria saber, de facto, quanto é que era o IMI, quanto é que se deve do IMI. Queria dados concretos. -----

---- O Senhor Presidente pediu à Senhora Dr.ª Célia se ela não se importava se podia trazer o mapa do Orçamento porque no mapa do Orçamento para 2016 já lá tem a dívida e tira-lhe a amortização extraordinária que fez agora em dezembro, ou então tira a conta do empréstimo. Seja como for, ele, Senhor Presidente, queria dar também este esclarecimento que a Câmara tem feito, fez em 2013, em 2014 e em 2015. Em 2013 fez uma amortização extraordinária, decorrente do aumento da receita líquida do IMI, que ocorreu em função da reavaliação do património imobiliário existente no Concelho, que, por via do Orçamento de Estado era obrigado a fazer essa amortização extraordinária. Em 2014 fez uma amortização extraordinária do empréstimo do PAEL de 300.000,00 euros, trezentos e poucos mil euros, como consta, aliás, nos documentos orçamentais e das prestações de contas. E em 2015 fez uma amortização extraordinária do empréstimo do PAEL de 412.000,00 euros, que foi o valor que foi indicado pela Direção Geral do Orçamento como aumento da receita líquida do IMI resultante da reavaliação do património imobiliário. O empréstimo PAEL é um empréstimo que foi concedido no ano de 2013 no âmbito do plano de reestruturação financeira da Câmara, de 1.600.000,00 euros, pouco passa, um milhão seiscentos e poucos mil euros, não tinha esse valor de cabeça. Ele, Senhor Presidente, estava a falar que a dívida de médio e longo prazo, que está consolidada neste empréstimo PAEL e também nos empréstimos que foram renegociados com a Caixa Geral de Depósitos e com o BCP e que estão, atualmente, no Crédito Agrícola, sofreu desde a tomada de posse do atual Executivo um abaixamento dos



Reunião de 13/01/2016

14,5 milhões de euros, dívida de médio e longo prazo, que é diferente da dívida total, para os pouco mais de 11 milhões de euros. Portanto, foi amortizada, quer o PAEL e os empréstimos de médio e longo prazo, amortizados em quase 3,5 milhões de euros, durante este período, durante já o atual mandato. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que tinha ali uma questão que depois punha quando a Senhora Dr.^a Célia vier com os documentos pedidos pelo Senhor Presidente. De qualquer maneira, queria deixar ali uma nota em relação àquela pequena provocação que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fez, provocação no bom sentido, claro, que tem a ver com as modificações ao Orçamento. Ele, Vereador Adelino Amaral, como o Senhor Presidente disse e bem, portanto, a gestão municipal é baseada na execução do Orçamento, é recomendável e essa recomendação agora até já tem, enfim, a força de uma recomendação feita pela tutela, portanto, é quase uma lei, que haja alguma estabilidade em termos orçamentais. Isto quer dizer que não pode haver alterações ao Orçamento todos os dias mas, principalmente, não podem os valores dos Orçamentos ser feitos e as execuções serem de valores completamente diferentes e aí é que batia o ponto da gestão ruínoza do Executivo anterior. É que, de facto, o que se verificava era que as receitas eram executadas, enfim, a menos, às vezes, de 90% e as despesas eram executadas a cento e tal por cento em relação ao Orçamento inicial e quando não era executadas a mais porque não era possível haver dívidas, ou haver despesas que não estivessem documentadas e por até que ficavam depois faturas de ano para o outro e algumas deram até origem àqueles processos complicados que os Senhores Membros da Câmara conhecem. Por isso é que ele, Vereador Adelino Amaral, defende estabilidade orçamental em termos de alterações e modificações, mas é, principalmente, em termos de execução dos próprios valores. Ele, Vereador Adelino Amaral, lembra que não usar-se a figura da alteração orçamental, como foi usado no Executivo anterior. Lembra-se de um Orçamento que a Oposição viabilizou por ter feitas recomendações de algumas obras que foram incluídas no Orçamento e depois na primeira oportunidade, que acha que foi logo na reunião seguinte, o Executivo veio com uma proposta de modificação que retirou, pura e simplesmente, essas obras que a Oposição havia sugerido. E como as modificações não vêm para ser votadas, vêm só para conhecimento, digamos que ficou a Oposição sem nenhum instrumento político para poder intervir. Daí, talvez, uma das coisas que justifica a continuidade do voto contra. Era porque, de facto, o Executivo anterior acatou algumas recomendações para elaboração do Orçamento e depois a seguir veio e retirou essas obras através de uma modificação. E esse princípio é que ele, Vereador Adelino Amaral, sempre condenou, não tanto pelo número, era evidente que também é um pouco incomodativo, todas as reuniões haver 2,3 alterações como era o caso e o número de modificações, depois numa próxima reunião, podiam voltar a falar nisso pois ia consultar também os seus registos. Mas havia reuniões que havia 2, 3 alteração e era sistemático. Mas mais do que isso é a estabilidade que se pretende em termos de valores orçamentados e executados. Isso é mais importante do que, de facto, o número de modificações. Já agora, colocava ali uma questão, se o Senhor Presidente lhe permitir, à Senhora Dr.^a Célia, que não é questão, é só uma chamada de atenção, não tanto para os Serviços, mas para quem lê os documentos. É que neste mapa das Grandes Opções do Plano, portanto, as rubricas estão sempre referenciadas com um ano em que são abertas e as pessoas podem confundir em que estas obras e estas despesas dizem respeito a esses anos, o que não é verdade. Pediu à Senhora Dr.^a Célia que lhe confirmasse só



Reunião de 13/01/2016

se era isso. Portanto, não tem nada a ver o ano de abertura das rubricas, havia ali rubricas de 2008. Era evidente que as rubricas a que diziam respeito não têm nada a ver com o ano. Portanto, isto é o ano em que foram abertas as rubricas. Pegando naquele exemplo, que deu há bocadinho, que era primeira preocupação do Executivo anterior era tirar de lá as obras com que se tinha comprometido para fazer aprovar o Orçamento, pensa que não será essa a intenção desta modificação, tinha a certeza que não é, pese embora haver ali três rubricas com valores exagerados que ele, Vereador Adelino Amaral, espera que a que está a negativo não comprometa a execução da obra. Fala na cobertura do edifício multiusos de Carvalho Redondo e depois há o reforço para ampliação do cemitério de Senhorim e para a requalificação do Cine-Teatro, que são, obviamente, duas obras, que ele, Vereador Adelino Amaral, apoia, naturalmente, sem prejudicar, de facto, a outra obra que é a cobertura. Pensa que a verba foi retirada na totalidade e espera que isso não comprometa a sua execução. Pensa que é uma questão de calendarização do pagamento da obra. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente a essa questão de Carvalho Redondo, já foi paga a delegação de competências como estava previsto neste Orçamento e foi pago ainda na delegação de competências. A Junta de Freguesia já lá tem o dinheiro, já lá tem 30.000,00 euros para a cobertura. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que era bom ficar esse esclarecimento até ficar em ata porque pode induzir em erro, de facto, por estar ali uma verba.

---- O Senhor Presidente afirmou que já foi assinada, aliás, todas as delegações de competências já foram transferidos os dinheiros para as Juntas de Freguesia. Ele, Senhor Presidente, queria dar conta, de acordo com os mapas que têm acompanhado os documentos orçamentais que são apresentados e que é o mapa que está no Orçamento para 2016. O crédito inicial do PAEL foi 1.635.611,00 euros, estava a ler os documentos, e este ano, além da amortização normal do PAEL, que tem uma taxa de juro baixa porque é um empréstimo do Estado para pagamento de dívidas a fornecedores, portanto, foi pago ao PAEL este ano 474.303,00 euros, portanto, amortização de capital foi a diferença entre os 412.000,00 euros e os 474.000,00 euros. Estavam a falar em 62.000,00 euros de amortização normal de capital de acordo com a programação normal do PAEL. Portanto, encontra-se em dívida ao PAEL 587.277,64 euros. A dívida total do Município que, reafirmava, era superior a 16 milhões de euros, total, mais 800.000,00 euros de despesas irregulares que ainda não estão regularizadas, portanto, próximo dos 17 milhões de euros, a dívida total do Município no mês de dezembro é de 11.575.000,00 euros, sujeito ainda, como os Serviços disseram, a alguns ajustamentos de faturas e pagamentos e, portanto, está a ser encerrado e verificada a parte contabilística que o Executivo tem que levar isso em conta. E podia dar aos Senhores Vereadores nota também de que o esforço que é imposto ao Executivo pelo Plano de Ajustamento Financeiro, é preciso não esquecer, também está no mapa ali escrito e portanto, para 2016 e o que se verificou já em 2015, estão previstos de amortização de empréstimos 1.117.000,00 euros, sem considerar uma eventual amortização extraordinária que o Orçamento de Estado venha a exigir para 2016, que se for à semelhança do que aconteceu em 2015 são mais 400.000,00 euros de amortização extraordinária, o que passa aquilo para quase 1,5 milhões de euros de amortização de empréstimos de médio e longo prazo. Se dividirmos isto por 12 dá um valor de 120.000,00 euros só de amortização e que temos que somar mais 335.000,00 euros de juros e são 335.000,00 euros de juros e não 500.000,00 euros, ou 600.000,00 euros de juros. Ele,



Reunião de 13/01/2016

Senhor Presidente, podia dizer que no Plano de Ajustamento Financeiro estão previstos quase 700.000,00 euros de juros e que, atualmente, fruto também da renegociação do empréstimo que se verificou e entrou em vigor em julho de 2015, vamos ter previsto um encargo de juros para o final deste ano de 2016 de 335.000,00 euros. O que significa que o Executivo tem a expectativa de chegar ao final deste ano, se houver a amortização extraordinária do empréstimo em 2016 e houver uma dívida a fornecedores, próxima da residual, à volta dos 100.000,00 euros, 150.000,00 euros, a dívida a fornecedores normal do Município ultrapassa os 400.000,00 euros mensal. Portanto, o Executivo fez um esforço de redução para níveis próximos dos 100.000,00 euros. No final de 2016 o Executivo tem a expectativa de entrar com um nível de endividamento próximo dos 10 milhões de euros. O que, diga-se, é um esforço brutal do endividamento total. Em outubro de 2013 de mais de 16 milhões de euros para 10 milhões de euros. É um esforço brutal do Município, dos contribuintes, colossal, é, de facto, de passar de 16 milhões de euros para próximo dos 10 milhões de euros, a expectativa é essa, é, de facto, um esforço muito grande em termos financeiros e, por isso, também, seguramente com a compreensão da Câmara, pedia a compreensão da Câmara porque ele, Senhor Presidente, também referenciava isto ao Senhor Vereador Adelino Amaral, é que, de facto, que ele conheça, que ele, Senhor Presidente, tenha acompanhado e acompanhou durante os 4 anos, de 2005 a 2009, todo o conjunto de alterações orçamentais que havia era sempre no âmbito de depois chegarmos ao fim do ano com um aumento colossal da despesa e dívidas a fornecedores 5 milhões de euros, 6 milhões de euros. Agora tem havido alterações e ajustamentos orçamentais sempre na lógica do Executivo chegar ao final do ano com um ajustamento de passagem de abaixamento dos encargos com a dívida este ano, dirigindo-se ao Senhor Vereador Adelino Amaral, foram quase 2 milhões de euros de amortização e juros que a Câmara teve que suportar num Orçamento que teve uma execução, o Executivo também já a sabia, quer no âmbito da despesa, quer corrente, quer no âmbito da receita, de próximo de 100%. A execução da receita ultrapassou os 100%. A execução da despesa está muito próxima dos 100%. Portanto, o Executivo está também a apurar esses valores. No essencial, o que é que fica prejudicado? Nisto, no essencial, o que fica prejudicado é o investimento porque a despesa estruturalizada da Câmara está cá, os 3 milhões de euros de salários estão cá, a compra de bens e serviços está cá, o fornecimento de bens e serviços para os Funcionários funcionarem está cá, os carros têm que sair. O Executivo tem, felizmente, uma rede de transportes que neste fim-de-semana o movimento de autocarros da Câmara para apoio ao movimento associativo não cabiam numa folha A4. O Senhor António Abel mostrou-lhe a ele, Senhor Presidente, estava tudo completamente barrado, que também é um esforço financeiro enorme e neste quadro de ajustamento que o Executivo está a fazer e, progressivamente, apesar deste constrangimento, portanto, o que é que se sente no Município? E o que é que, ele, Senhor Presidente, sente? É, de facto, não ter capacidade financeira para fazer investimento por ele próprio, pela Câmara própria. Portanto, fica, está muito preocupado e o Senhor Vereador Adelino Amaral exprimiu isso, que acha que o fundamental que está no Plano de Ajustamento Financeiro, a principal deficiência que lá está é, de facto, a reposição das amortizações porque ele, Senhor Presidente, fica assustado quando pensa na simples pintura de todas as estradas municipais que não têm um traço de tinta. Fica assustado quando caiu a estrada nas Caldas da Felgueira, que teve que fechar a estrada e não sabe quanto é que aquilo vai custar, mas, seguramente, menos de 100.000,00 euros não custa. Fica assustado



Reunião de 13/01/2016

quando há outros investimentos que estão associados como, por exemplo, na Zona Industrial da Ribeirinha onde está a ser construído um pavilhão em que, fruto de também das vicissitudes da própria obra, o Executivo tem até junho, ou até julho, para acompanhar os arruamentos porque a empresa quer abrir em junho e o Executivo tem que acompanhar os arruamentos. O Executivo tem feito também um esforço de contactos com a CCDR, também com o Governo, no sentido de ver se com os nossos meios que temos para investimento e que é bom nunca esquecer, no Plano de Ajustamento Financeiro o que foi previsto por quem o fez foi 1,5 milhões de euros para investimento por ano, sabendo que nesses 1,5 milhões de euros tinha que tirar 1 milhão de euros para amortização média de empréstimos de médio e longo prazo. Portanto, a Câmara anterior deixou a este Executivo o direito de apenas gastar 500 mil euros em investimento. É o que lá está no Plano de Ajustamento Financeiro. Daí que, só para ir à questão das alterações, dirigindo-se ao Senhor Vereador Adelino Amaral, que acha que para ele, Senhor Presidente, é um ponto importante. As alterações e sempre lideradas na parte financeira por ele, Senhor Presidente, têm sido sempre na ótica de reduzir a despesa, de compatibilizar o esforço financeiro do Município no sentido do Executivo estar a gerir a Câmara, não num período em que se passou a dívida total do Município de 5 milhões de euros para 16 milhões de euros, em 8 anos, este Executivo está na Câmara num período em que passou a dívida em 3 anos de 16 milhões de euros para 10 milhões de euros porque a isso está obrigado até pela própria Direção Geral das Autarquias Locais que sindicou o Executivo de 3 em 3 meses. Questionou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar mais sobre este assunto. Afirmou, ainda que o total da dívida ao PAEL era 587.277,64 euros. -----

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que já tinha tomado nota desse valor da dívida ao PAEL. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmo que, facto, na reunião de Câmara de 11 de fevereiro de 2015 o Senhor Presidente, a pedido dele, Vereador Dr. Manuel Marques, disse-lhe os valores do IMI cobrados em 2012, data da assinatura do PAEL, em 2013, em 2014, não tinha 2015. Em 2012 o IMI cobrado aos contribuintes era 980.000,00 euros. Em 2013, segundo os dados que o Senhor Presidente lhe forneceu era 1.500.000,00 euros. Em 2014 era 1.838.000,00 euros. Em 2015 não tinha o valor mas presumia que não tivesse baixado, que se tivesse mantido. Ora, o que quer dizer que, além do IMI previsto para o contrato do PAEL de 2012, a Câmara recebeu no último semestre, ou durante o ano de 2013, que foi, certamente, no último segundo semestre que o Senhor Presidente já o recebeu, recebeu mais 520.000,00 euros, recebeu em 2014 mais 858.000,00 euros além daquele que estava previsto e que foi previsto no PAEL, o que totaliza 1.378.000,00 euros. Se adicionarmos 850.000,00 euros de aumento em relação a 2012, dá 2.236.000,00 euros. Isto são as contas que o Senhor Presidente lhe apresentou. Ora, se no início do contrato do PAEL em 2012 foi contratualizado um empréstimo de 1.600.000,00 euros, considerando que o aumento do IMI, por razões de avaliação dos prédios, passou para esses valores que já referiu, o que quer dizer que a Câmara cobrou a mais do que estava previsto no PAEL em 2012, 2.236.000,00 euros, o que daria para pagar o PAEL de 1.600.000,00 euros, sobraria e sobrou para as despesas dos ralis, para as publicidades, para as propagandas, 636.000,00 euros. Isso poderia ter sido considerado uma liquidação adicional do PAEL e nada o impedia, ou despesas de investimento. Não. O Senhor Presidente prefere gastar em propaganda à Megabrinde. Veio a saber hoje que é familiar aí de uma pessoa da Câmara. Vai questioná-lo na próxima reunião se é verdade, ou mentira. Isso tem que saber



Reunião de 13/01/2016

porque aparece aí muita fatura da Megabrinde e ele, Vereador Dr. Marques, quer saber se é verdade, ou mentira, que é prima direita de uma pessoa colaboradora direta. Tinha que saber. Depois o Senhor Presidente podia ter liquidado o PAEL e não o fez. E não o fez por uma razão muito clara e muito simples que o povo de Nelas já entendeu. É, eu não posso baixar o IMI porque os desgraçados baixaram o PAEL, fizeram um PAEL e agora vou pagando. Basta dizer ao Senhor Presidente e estava à vontade para o dizer porque isto, foi autorizado para o fazer, que a Câmara Municipal de Mangualde aderiu ao IMI e tem o IMI, deliberou agora na reunião de Câmara e foi à Assembleia Municipal 0,4, tem o PAEL e foi agora para 0,4. Aliás, é essa a indicação que dá o grande Diretor da DGAL, que o IMI devia ter sido 0,4 mas isso vai ser discutido depois numa próxima oportunidade quando vier ali à liça a história do IMI. O que quer dizer que a gestão do Senhor Presidente é tão miraculosa que devia ter pago o PAEL, não o fez, ainda sobraria os 636.000,00 euros. Diminuiu, substancialmente, preteriu, claramente, a mão-de-obra dos trabalhadores da Câmara porque reduziu o seu efetivo reduziu mais de um milhão de euros por ano de vencimentos. São, pelo menos, mais 3 milhões de euros. O que aconteceu também uma redução substancial e isto são palavras do Senhor Presidente ao jornal local em que diz que a fatura da água de Mangualde para Nelas baixou 240.000,00 euros. Ao contrário, podem ver a sua fatura da água, pelo menos a sua, e de outros concidadãos também assim o entenderão, que a fatura, de facto, subiu a fatura da água, teve azar, mas subiu a fatura da água. Quem pagava quatro euros e pouco agora passou a pagar seis euros. E estava a falar pessoalmente. Portanto, que o Senhor Presidente não viesse com a história mirabolante porque somando todos estes valores, a redução efetiva do Pessoal, a diminuição da água, o aumento substancial do IMI, estava ali os 5 milhões de euros que o Senhor Presidente liquidou. Qualquer gestão que viesse posterior à Senhora Dr.^a Isaura, que a dívida estava sustentada, fazia, exatamente, a gestão do Senhor Presidente. Era a mesma. Não tinha dúvidas nenhuma. O Senhor Presidente agarrou um benefício que a Senhora Dr.^a Isaura lhe deixou e depois a conseqüente melhoria das finanças do País. E mais, e depois vamos para trás e o que é que a gente vê? Não vê uma obra neste Concelho. Uma obra. Andou lá em Senhorim a pôr lá umas coisitas, umas coisas de luzes, fez lá, de facto, umas passadeiras elevadas, louvava o Senhor Presidente por isso. Até pode ser uma prevenção de acidentes, embora aquela das Carvalhas, na sua opinião pessoal, está muito mal localizada, devia ser antes da rotunda quem vem do sentido de Vila Ruiva para as Carvalhas porque é ali que se podem conflitar os acidentes. Quem entra na rotunda do lado de São João do Monte ela está excêntrica e ele próprio já lá se viu em alguma circunstâncias aflitivas. Portanto, estava ali a gestão do Senhor Presidente, parou as obras, faz ali um triângulo, umas benfeitorias assim à maneira folclórica, Canas de Senhorim, Santar e Nelas. É aí que o Senhor Presidente pensa que vai ganhar as eleições mas está redundamente enganado porque nem todas as pessoas deste triângulo o apoiam e já se aperceberam da forma que o Senhor Presidente faz e depois vem-lhe pedir a ele, Vereador Dr. Manuel Marques, avaliar uma proposta de um rali de cem mil euros. Não. Por amor de Deus. O Senhor Presidente, de facto, tem ali uma coisa muito boa, que é o ponto XII, que diz que: *Que a gestão financeira da Câmara Municipal e cumprimento do PAF-Plano de Ajustamento Financeiro realizada nos anos de 2014 e de 2015 e a que se perspectiva para este ano de 2016, como na conta de gerência do ano de 2016 se evidenciará, fazem crer que será possível comportar esta despesa.* Ótimo. O Senhor Presidente, em dois anos, tirou uma Câmara completamente escanzelada de dinheiro,



Reunião de 13/01/2016

completamente falida e em dois anos vem dizer, isto está melhor, até posso gastar cem mil euros num rali que, para vinho nada trás, porque cada vez se arrancam mais videiras. É esta a política e a gestão do Senhor Presidente que os Vereadores da Oposição irão combater a falsa verdade que o Senhor Presidente ali estava a apresentar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que já ia passar a palavra ao Senhor Vereador Adelino Amaral. Queria repor, em primeiro lugar, com todo o respeito, um argumento de autoridade. É que, quem acaba de falar da maneira que falou, com o devido respeito, foi a pessoa que esteve nos 8 anos anteriores na Câmara e que passou a dívida de 5 milhões de euros para mais de 16 milhões de euros e já ia em mais de 800.000,00 euros de dívidas irregulares. Perante a interrupção do vereador Manuel Marque o Presidente referiu: Se o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques admite dizer só a sua opinião e não admite que ninguém lhe rebata, ele, Senhor Presidente, passa à frente. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques disse o que disse e não admite que ninguém lhe rebata os argumentos, ele, Senhor Presidente, passa à frente e fica assim. Portanto, em primeiro lugar, autoridade moral e de prática política e de gestão para o fazer, negativa. Portanto, ele, Senhor Presidente, não admitia ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, não lhe aceitava a argumentação relativamente à gestão financeira da Câmara, com todo o respeito. Admitia-lhe o direito de dizer. O Voltaire também dizia isso. Tens o direito de dizer as coisas. Agora eu tenho o direito de discordar da maneira como tu o dizes e como o apontas. Olhar para o IMI e fazer as contas como foram feitas foi, exatamente, o caminho como o merceeiro olha para as receitas com o dinheiro que entra na caixa e depois não conta com o dinheiro que é necessário sair da caixa das despesas. O IMI é uma receita corrente do Município e, portanto, a Câmara não o recebe, fica com ele, líquido, na conta, para depois pagar o que lhe apetece. É uma receita normal como as outras. Portanto, é uma receita corrente que visa pagar despesas correntes, ou despesas de investimento, depende da decisão que vem no Orçamento. Portanto, o que estava previsto no Plano de Ajustamento Financeiro e foi o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que nele participou e que o aprovou naquela mesa no início dos idos de outubro de 2012, era uma receita própria do Município ainda superior àquela que ainda o Município tem, onde se incluía o IMI, o Selo, o IMT e a derrama, que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fosse ver os documentos. Atualmente, a receita do IMI, era verdade que subiu muito, anda muito próxima dos 2 milhões de euros. Nesta execução orçamental não chega aos 2 milhões de euros, mas está muito próxima dos 2 milhões de euros. Mas no âmbito das receitas próprias previstas no Plano de Ajustamento Financeiro, inicialmente aprovado, as receitas do Município não estão acima das receitas próprias, que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fosse confirmar pelos documentos que era assim, que ele, Senhor Presidente, na última reunião da Assembleia Municipal, levava o Plano de Ajustamento Financeiro com ele. Por outro lado, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques está, com o devido respeito também, a omitir, para quem os ouve e para ele próprio, uma realidade que a Câmara, em 2012, não aprovou uma reestruturação financeira e foi buscar o empréstimo do PAEL. Não. O PAEL foi 1.600.000,00 euros, mais 2 milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques só mais um bocadinho de tempo e que o deixasse lembrar e que já ia explicar porquê. Que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques não se esquecesse que quando naquela mesa aprovou e na Assembleia Municipal, sem ninguém dizer ai, toda a gente aprovou da bancada do PSD/CDS a reestruturação financeira de 11,5 milhões de euros, em outubro de 2013, há dois



Reunião de 13/01/2016

anos atrás, há pouco mais, estava lá prevista a renegociação do empréstimo de 7,5 milhões de euros do BCP, que passou de um spread de 3% para 5% e estava lá previsto mais 2 milhões de euros da Caixa Geral de Depósitos com um spread de 6,5%, mais uma comissão de 1.25 de outro empréstimo anterior de 2 milhões de euros, que é preciso pagar e o Executivo está a pagar. Neste ano de 2015 o Executivo pagou de amortização de empréstimos, também com o dinheiro do IMI, porque o IMI é uma receita da Câmara que depois serve para pagar as despesas, pagou 1,5 milhões de euros. Ele, Senhor Presidente, fazia um desafio ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, que o Senhor Vereador Dr. Marques fosse buscar os mapas dos pagamentos de empréstimo de médio e longo prazo dos 4 últimos anos, onde o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques foi Vice-Presidente da Câmara e que visse quanto é que amortizou de empréstimos de médio e longo prazo. De certeza que não passava de cem mil euros, ou cento e cinquenta mil euros e a Câmara passou a amortizar. E o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, era outra coisa que ele, Senhor Presidente, também tinha o direito de dizer e o Executivo tem o direito de dizer, todas as obras que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fez, que diz que fez, que manda uma lista para os jornais, para publicar, quem as está a pagar, incluindo as senhas de presença dos Membros da Câmara e da Assembleia Municipal que votaram o Plano de Reestruturação Financeira é este Executivo atualmente. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fez as coisas e ele, Senhor Presidente, é que as está a pagar. Portanto, com o devido respeito, em matéria de autoridade relativamente a finanças e a contas, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques tem todo o direito de dizer, de afirmar perante a opinião pública, ele, Senhor Presidente, não se cansará de gritar que houve, de facto, uma inversão da gestão financeira, reconhecida e dizia até ali com uma declaração de voto elogiosa por parte da bancada, da Assembleia Municipal, do PSD/CDS e que ele, Senhor Presidente, enaltece, relativamente à gestão financeira da Câmara e, apesar disto, se o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques quiser, ele, Senhor Presidente, podia também oferecer-lhe esse jornal, que tinha ali um exemplar, podia oferecer-lhe uma cópia das páginas 2, 3 e 4 do Jornal do Centro deste fim-de-semana, em que está referenciado que o campeão do Distrito de Viseu no investimento e criação de emprego é o Município de Nelas, com uma ajuda que ele, Senhor Presidente, também agradece ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, do seu correligionário e amigo Dr. Paulo Portas, que também ajudou o Município de Nelas, e do Ministério da Economia, também ajudou o Município de Nelas, a fazer ali alguns investimentos. Podia dizer ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que, relativamente a alguns aspetos, ele, Senhor Presidente, podia acrescentar que o Executivo já tem compromissos de pagamentos de mais de 500.000,00 euros de terrenos para expansão de indústria, expansão do cemitério em Senhorim, está desbloqueado, já foi assinado o contrato-promessa de compra do terreno e do imóvel para ampliação do cemitério de Senhorim, que é uma necessidade e que são 110.000,00 euros e que vão ser pagos agora 50.000,00 euros em janeiro. De facto, a mesma coisa se passa em Vilar Seco. O Executivo fez delegações de competências com as Freguesias, 60.000,00 euros por ano para limpeza e tem feito isso progressivamente. O Executivo está em fase de verificação e de arranque da ETAR de Canas de Senhorim, um investimento de um milhão de euros, que está visível, ampliação de zonas industriais. Portanto, muito há a fazer, naturalmente, de acordo com as expectativas das populações. O Executivo tem aprovada uma ETAR de Nelas com um investimento elegível de 4,3 milhões de euros. Há um site na internet. Ele, Senhor Presidente, pediu ao Senhor Vice-



Reunião de 13/01/2016

Presidente para dizer qual era o site onde se podia ver o que é que foi aprovado para o Município de Nelas no âmbito do PT 2020, que é para o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques lá ir consultar. Afirmou também que estava garantido esse investimento para resolver problemas importantes em termos ambientais do Município de Nelas. Dizer, também, que aquilo que a Câmara vai ter que pagar este ano de coimas aplicadas em processos de contraordenação ambiental de processos movidos do anterior mandato, representariam já uma parte significativa de custos de manutenção de ETAR,s a funcionar. Portanto, há uma opção, sem demagogia e para sermos sérios, que temos que dizer. E para sermos sérios e autarcas sérios e responsáveis é, ou temos ETAR,s a funcionar e isso está um custo associado às ETAR,s e tratamos os efluentes que recebemos dos nossos Municípios e das nossas empresas e temos um custo, ou fazemos como o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fez, em 2006, ou 2005, ou 2004, na Póvoa da Roçada, que disse que ia resolver o problema da ETAR e dos esgotos que correm ali na Póvoa da Roçada e durante 8 anos não tratou de nada. Portanto, ou poluímos o ambiente e não temos custo nenhum e recebemos dos Municípios a taxa de saneamento ao longo destes anos a dizer que lhe tratamos dos efluentes, que foi o que a Câmara anterior andou a fazer. Recebemos as taxas do saneamento e depois não tratamos de saneamento nenhum, deitamos para os cursos de água. Ou fazemos infraestruturas como a ETAR de Canas de Senhorim, onde está um milhão de euros de investimento, incluindo o processo de automação da última geração e isso tem um custo associado, um custo energético, um custo de manutenção, um custo de produtos. Não podemos é ser demagogos e irresponsáveis e dizer, eu quero ETAR,s, mas não quero custo nenhum das ETAR,s. Isso é demagogia, é irresponsabilidade política. E mais uma vez voltava à autoridade moral do Senhor Vice-Presidente do anterior Executivo. Em matéria ambiental, ele, Senhor Presidente, recordava e tinha que recordar, para ninguém se esquecer que poucos meses antes das eleições foi anunciada pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques a construção de uma fábrica de tratamento de tripas numa zona industrial, ou noutra zona industrial. Foi anunciada pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Portanto, em matéria de autoridade ambiental não construiu uma ETAR, não tratou de efluente nenhum, queria instalar uma fábrica de tripas. Portanto, em matéria ambiental a autoridade moral, também com o devido respeito, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, ele, Senhor Presidente, tinha que lhe recordar estas coisas. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fazia parte desse Executivo. Mais outra recordação que todos estarão lembrados também para serem sérios na discussão. A amortização extraordinária dos empréstimos que tem sido feita no PAEL porquê? Apesar de haver um custo. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Marques para o deixar explicar e que o deixasse acabar. Estava expresso. Já toda a gente ouviu. Estava na ata. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques pediu para o Senhor Presidente o desmentir pois aquilo que o Senhor Presidente pagou da dívida da Câmara foi com base nestes dados. A derrama, em Nelas, baixou porque não sabia se o Senhor Presidente se recordava da história da Madibéria. Então as empresas, que estavam a atravessar uma dificuldade económica no País, transversal a todo o País e aumentava-lhe a derrama? O Senhor Presidente diz e diz bem, tinham que ser sérios. -----

----- O Senhor Presidente afirmou que tem tentado fazer um esforço para isso e que ia fazer isso. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para o deixar rematar e podia depois dar-lhe a palavra para exprimir a sua opinião. Questionou porque é que tem sido feito



Reunião de 13/01/2016

no PAEL, para recordar a toda a gente. Tem sido feito no PAEL porque podia ser feito noutros empréstimos até com condições de juro mais elevadas. Mas as contas que o Executivo tem feito, quer no ano passado, quer este ano, achou que era absolutamente residual o encargo de juros pela amortização extraordinária não ser feita no empréstimo, por exemplo, da Caixa, agora do Crédito Agrícola, opção que ele, Senhor Presidente, sabia, por exemplo, que em Mangualde não tem sido assumida. Portanto, ele, Senhor Presidente, também tem discutido e tem até uma reunião no âmbito das reuniões de amizade e de cooperação que temos com a Câmara de Mangualde, como com outros Municípios, de acompanhamento desta situação e a opção de outros Municípios é não tem sido amortizar o PAEL. O Executivo de Nelas tem feito a opção de fazer a amortização no PAEL para lhe permitir uma revisão, ou pôr fim ao PAEL, assumindo um custo associado do maior juro existente. Portanto, eram estes esclarecimentos que ele, Senhor Presidente, gostava de dar. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que ia fazer uma intervenção rápida até porque ele precisa de sair da reunião dali a bocadinho e não queria prejudicar o andamento da reunião, mas não podia deixar de fazer só uma recomendação que tem a ver com a intervenção do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Ele, Vereador Adelino Amaral, sinceramente, acha que o Senhor Presidente da Câmara deve ouvir, com toda a atenção, as recomendações do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques nomeadamente em matéria financeira porque depois dos números que ele ali, de forma tão clara, apontou, portanto, aquela forma de orientar os dinheiros, depois da forma exemplar como o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques apresentou, não é a mesma pessoa que esteve na gestão da Câmara durante 8 anos e tinha a certeza absoluta que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, tem aproveitado este tempo para fazer, de facto, formação na área financeira porque ele dizia que não percebia nada de números e agora fala com esta clareza e com esta eloquência. Ele, Vereador Adelino Amaral, acha, muito sinceramente, que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques demonstrou ali que, de facto, aprendeu bastante, sendo que ele não tinha responsabilidade nenhuma na execução financeira durante 8 anos e não percebia nada disto e agora vem aqui, de fato. Agora, há uma coisa que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques não percebeu. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, afirmando agora como faz que foi tão responsável como os restantes membros da Câmara, tinha 1/7 da responsabilidade, tanto como o Senhor Vereador Adelino Amaral. -----

----- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques tinha tanta responsabilidade como ele com a diferença de que ele, Vereador Adelino Amaral, votava contra, portanto, com a única diferença que ele, Vereador Adelino Amaral, normalmente votava contra não por querer fazer oposição mas porque votava contra porque as opções eram erradas e era isso que ele, Vereador Adelino Amaral, queria dizer. As opções dos Executivos anteriores eram erradas e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques ainda não percebeu e ele, Vereador Adelino Amaral, pedia-lhe um esforço que, além da formação que tem tido em matéria financeira, que também faça uma formação em matéria de Ciência Política. É que, de facto, houve aqui uma mudança de paradigma, como agora se diz. É que, de facto, com as eleições, com a mudança de Executivo, a gestão, a forma de gerir, nomeadamente as questões financeiras, mas também as questões ambientais, que eram duas grandes preocupações que a Oposição do Executivo anterior sempre manifestou e sempre tiveram e a questão do emprego também felizmente pode ter vindo por acaso, mas que, de



Reunião de 13/01/2016

facto, houve aqui uma inversão na abordagem da criação de emprego, mas, principalmente, na questão ambiental e na questão da gestão financeira, que dizem diretamente respeito às opções políticas da Câmara e da gestão da Câmara, houve, de facto, ali uma mudança de paradigma porque antes faziam-se empréstimos para pagar outros empréstimos e para pagar salários e canetas e esferográficas e papel. Agora, se houver algum dia necessidade de se recorrer a um empréstimo para se fazer um grande investimento, ou um conjunto de investimentos, ele, Vereador Adelino Amaral, também apoia isso desde que ele seja feito em condições vantajosas. Agora não é para pagar, não é para varrer o pó para debaixo do tapete, nem é para pagar despesas que, entretanto, foram feitas acima do que estava orçamentado. E essa mudança de paradigma é que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques devia fazer um esforço para perceber porque em matéria financeira, com toda a franqueza, parecia-lhe a ele, Vereador Adelino Amaral, que, de facto, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques está um expert e o Senhor Presidente da Câmara devia ouvi-lo. -----

---- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que também só queria complementar aquilo que foi dito agora, quer pelo Senhor Vereador Adelino Amaral, quer pelo Senhor Presidente, ele, Senhor Vice-Presidente, até compreende a lógica do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e do anterior Executivo, portanto, até percebia, contando com as receitas correntes, como disse, nós devemos, efetivamente, também ver as despesas que temos, incluindo aquelas que são para amortizar. Mas isso é uma teoria que não foi inventada hoje, efetivamente. Ele, Senhor Vice-Presidente, não percebia como é que o anterior Executivo passa de 5 milhões de euros para 16 milhões de euros, porque essa lógica também devia estar subjacente à gestão que praticaram, inclusivamente, porque vamos lá ver, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques está a acusar o atual Executivo de não haver obras, o que não é, propriamente verdade. Mas então também podemos falar que as obras que foram feitas, que também não foram assim tantas quanto isso e também vamos falar das obras que foram feitas, concretamente, aquela que o Senhor Presidente hoje referiu que está preocupado e muito bem. Se o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques acha que todo o aumento do IMI devia servir para amortizar os empréstimos que fez, incluindo o PAEL, ele, Senhor Vice-Presidente, não percebia é como é que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques subscreveu o PAEL. Não percebia. Não conseguia perceber. Porque é que o anterior Executivo fez então o PAEL? Não o deviam ter feito. O anterior Executivo é que não o devia ter feito. Deviam ter feito uma gestão mais rigorosa para que a Câmara não estivesse impedida de tomar outro tipo de decisões. E foi o anterior Executivo que o fez. A lógica que agora defende o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e que, efetivamente, é a mais prudente, devia ser aquela que o anterior Executivo devia ter imposto em termos de maioria. Ele, Senhor Vice-Presidente, não sabia se o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques defendia na altura, mas não teve, efetivamente, a capacidade de a impor e devia-a ter imposto. A sugestão do Senhor Vereador Adelino Amaral, de nessa altura o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques se juntar à Oposição, era o ideal. Mas, efetivamente, tinha evitado ao atual Executivo, poupava ao atual Executivo e aos cidadãos deste Concelho, uma carga de trabalhos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Vereador Adelino Amaral para o ajudar e que o Senhor Presidente lhe permitisse que ele, Vereador Dr. Marques, interpelasse o Senhor Vereador Adelino Amaral diretamente. Pediu ao Senhor



Reunião de 13/01/2016

Vereador Adelino Amaral para lhe confirmar que lhe tinha dito que ele, Vereador Dr. Marques, não percebia nada de contas no anterior mandato. Pronto, ele Vereador Dr. Marques, disse isso várias vezes. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que achava que isso devia estar nas atas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que achava que não está nas atas. Se não, ele, Vereador Dr. Marques, não fazia esta pergunta ao Senhor Vereador Adelino Amaral. Mas era, ele, Vereador Dr. Marques, dizia que não percebia nada de contas, mas já aprendeu. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que não o ouviu dizer isso só uma vez, mas que o tinha ouvido dizer isso dezenas de vezes, ainda na Assembleia Municipal, em todo o lado que não percebia nada de contas. E foi o que se viu!-----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques agradeceu ao Senhor Presidente pela sua memória. Agradecia ao Senhor Presidente e até lhe pedia que isso constasse em ata que era para ele explicar depois ao PSD que ele, Vereador Dr. Marques, não percebia nada de contas.-

---- O Senhor Presidente afirmou que ele até se arrepiava como é que alguém que tem Ciência Política e Economia Política e Direito Fiscal na Faculdade, diz como se isso fosse um grande elogio e que se orgulha em dizer não percebe nada de contas. É que da estrutura do Curso de Direito fazem parte cadeiras de Economia. Ele, Senhor Presidente, nunca conseguiria dizer que alguém acreditasse nele que não percebia nada de contas. Ninguém confiaria naquilo que ele dizia.-----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que o Senhor Vereador Dr. Marques tinha métodos antiquados e que tinha que fazer agora uma requalificação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que já estava a fazer isso, que estava agora a aprender. Afirmo que teve a Matemática, em toda a sua vida, zero. Deus lá tenha em descanso o grande amigo Eng.º Luís Almeida, que lhe deu um 8 no 5.º ano para dispensar, mesmo zero, apesar de até estar a copiar pelo livro. O Senhor Vereador Adelino Amaral recorda-se, acha que ele, Vereador Dr. Marques, era o único que podia abrir o livro nas aulas de Matemática e nunca teve positiva. Era verdade. Era um facto e não ia desmentir aquilo. Pese embora a sua verticalidade e às vezes sai-lhe muito cara e a sua frontalidade, há uns tempos a esta parte, ele, Vereador Dr. Manuel Marques e o Senhor Jornalista do Jornal Folha do Centro, não têm morrido de amores. Era verdade. Ele, Vereador Dr. Marques, diz-lhe as coisas, ele tem um feitio, mais ou menos, igual ao seu e reagem à bruta. Mas em relação às notícias dele vai acreditando até prova em contrário e lê-as, obviamente que as lê, são coisas do seu Concelho, da sua Região, faz questão de as ler. E leu noutra dia uma questão do emprego em Nelas, ele deu-se ao trabalho de publicar, ou republicar, não sabia como é que ele fez, do IEFP e viu que o desemprego em Nelas só reduziu 160 pessoas em 3, ou 4, ou 5, ou 6 anos. Aliás, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, depois respondeu a isso. Mas o mal é que se diz que os Aquinos têm 500 pessoas, a Borgstena tem 1000. Então, mas afinal que pessoal é que nós empregámos nesta matéria? Até era para lhe mandar um e-mail para o ajudar a esclarecer este facto, porque não entendeu, ou ele, mais uma vez, não entende nada de contas, e de números e então volta, outra vez, a regredir na sua presente sabedoria.-----

----- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques lhe permitisse uma sugestão ao Senhor Jornalista, é que ele publique, que ele passe a publicar, em vez das estatísticas dos desempregados, que publique as estatísticas



Reunião de 13/01/2016

dos empregados, dos empregos, porque a história do desemprego, a história de publicar os números dos desempregados, esse número, neste momento toda a gente sabe que é um número estatístico, meramente estatístico, que não é real, porque é o número das pessoas que estão inscritas no Centro de Emprego. São as pessoas que estão inscritas no Centro de Emprego. São as pessoas que não têm direito a subsídio de desemprego, nem beneficiar de apoios sociais e também não consta aquela franja de pessoas que emigram e que, ultimamente, tem sido um número muito grande. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, dirigindo-se ao Senhor Vereador Adelino Amaral, afirmou que o facto é que nestes últimos anos, em relação ao mandato de 2012, em que era o Executivo da Senhora Dr.^a Isaura Pedro, o número só reduziu 160 pessoas e o anterior Executivo teve o problema da Johnson Controls e tiveram isso tudo nessa altura. Portanto, os 500 empregos da empresa Aquinos, os mais 500 empregos da empresa Borgstena, os mais 400 empregos da empresa Madibéria, não sabiam onde é que eles estavam. Era essa pergunta que ele fazia e que levantava ali para o questionar. Mas para o homem não dizer que ele lhe estava a chatiar a cabeça, para o ajudar a explicar, visto que o Senhor Jornalista é Economista e ele, Vereador Dr. Marques não era. Não percebeu. É que, afinal foram só 160. Pelo menos foi isso que ele extraiu da notícia. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só queria dizer que às vezes não é preciso saber fazer contas, é ter é que saber gastar o dinheiro que temos, isso é que é mais importante. Só queria referir isso. Depois, voltando só a 2013, quando tomaram posse, em que logo no final de 2013, início de 2014, saiu uma notícia no Jornal do Centro também sobre o desemprego e sobre o investimento no Concelho de Nelas em que todos os Senhores Membros da Câmara acharam estranho como é que Nelas estava tão bem colocada na situação em que estava, quer ao nível do emprego, ou desemprego neste caso, quer nos investimentos feitos e na posição do Concelho e estranhavam porque é que Nelas, apesar de tudo, estava assim. Voltaram a ver que, realmente, Nelas mantém essa posição reforçando até a situação que foi ali falada pelo Senhor Presidente. Retira-se daí que o Concelho de Nelas, por mais que as pessoas queiram, ou que não queiram, é um Concelho que é industrial, tem oportunidades, assim também as pessoas saibam agarrar essas oportunidades e também é preciso fazer para que isso aconteça. Afirmou, ainda, que na questão da dívida, os números são o que são. Nós podemos pô-los lá como queremos, sendo certo que têm que ser verdadeiros. Ele, Vereador Artur Ferreira, tem alguma dúvida que em outubro de 2013 tivéssemos 16 milhões de euros efetivos da dívida. Já andou à procura e tem lá alguns valores que, porque é assim, para ele, sinceramente, não estava a dizer que não seja importante isso, é importante, ele sempre referiu ali que o problema principal do Concelho de Nelas era o endividamento. Não era mais nada do que isso. Ou, pelo menos, o principal problema para ele, Vereador Artur Ferreira. Como se lá chega? Também é fácil fazer. Também fazia ali, se calhar, as contas do IMI, depois a renegociação dos empréstimos, essas coisas todas e chegavam aos 10 milhões de euros. Ainda bem que lá chegámos e se for 9 milhões de euros, ainda melhor. Acha que o Senhor Presidente da Câmara e este Executivo, independentemente de algumas questões que se possam ter levantado aqui na Câmara nalgumas reuniões e noutras situações e do debate que se tenha feito, acha que também teve uma oposição particularmente construtiva nesse aspeto. Ele, Vereador Artur Ferreira, acha que a Oposição nunca levantou também grandes questões



Reunião de 13/01/2016

quando fosse essa a preocupação do Concelho de Nelas. Acha que o Executivo teve sempre o apoio da Oposição e conseguimos trabalhar muitas das vezes em conjunto nesse sentido. Também já o referiu ali, logo no início, que era um dos objetivos que era necessário fazer essa reestruturação da dívida. Ainda bem que ela foi feita. Continua a dizer que, independentemente do PAEL estar amortizado, ou não, ele, Vereador Artur Ferreira, considera que, face a tudo o que aconteceu e como o Senhor Presidente também ali disse, os valores que estavam previstos no PAEL já não estão atualizados, quer em termos de previsão de despesa, quer em termos de previsão de receita. Portanto, foi um dos fatores que pode ajudar a que seja revista a questão dos impostos, assim seja o entendimento da Câmara. Acha ele, Vereador Artur Ferreira, que pelo facto da Câmara ter dívida do PAEL, que não é justificável para que não se altere isso. Portanto, ele, Vereador Artur Ferreira, acha que neste caso por vezes debatem muito tempo sobre isto quando o interesse acha que é de todos, é que cheguem a quanto menos dívida melhor em que a Câmara de Nelas consiga depois disso ter oportunidade para investir naquilo que são as prioridades do Concelho, naquilo que são as prioridades, muitas vezes do Executivo que está à frente. Podemos, depois não concordar com elas, como também já foi ali dito pelo Senhor Vereador Adelino Amaral, mas acha que é nesse sentido que os Membros da Câmara têm que trabalhar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o deixassem dizer que ele, como Presidente de Câmara, como Município de Nelas, sente-se muito feliz e fica muito contente quando há boas notícias sobre o Município de Nelas e acha que devia ser motivo e continua a pensar isso, devia ser motivo de regozijo por parte, desde logo do principal Órgão de representação popular e comunitária que era aquelas que se encontravam naquela mesa. Portanto, tomara as outras 23 Câmaras do Distrito terem o Jornal do Centro em cima da mesa e estarem todos a discutir a posição de Nelas e a posição em que lá vem evidenciada a posição excelente de Nelas em termos de investimento e emprego. Portanto, ele, Senhor Presidente, insiste, tem a obrigação disso, tem muita gente fora daquela sala que o incita para isso, é a ver a garrafa que não está cheia, mas ele, Senhor Presidente, quer continuar a vê-la meia cheia e não meia vazia. Acha que aquela mesa, é o pior que se pode fazer à nossa história é, de facto, questionar, não senhor, está meio vazio, os 300 postos de trabalho dos Aquinos não existem, os 300 postos de trabalho da Borgstena não existem, os 60 postos de trabalho da LusoFinsa não existem, os 40 postos de trabalho não existem. Fora desta mesa e do concelho todos elogiam a posição de Nelas nos últimos dois anos em matéria de investimento e criação de emprego. Nesta mesa há todavia quem diga, ele, Senhor Presidente, falhou, em matéria de emprego falhou redondamente. Falhou rotundamente em matéria de emprego. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Adelino Amaral, afirmou que lhe ia dar um dado que é revelador e o resumo, de facto, 2005, n.º de inscritos no Instituto de Emprego, 657, em novembro de 2005, segundo os dados publicados pelo Jornal do Senhor José Miguel. Em 2009, n.º de inscritos no Instituto de Emprego, um mandato depois, 765, com fecho em 2007 da Johnson Controls. Em 2013, n.º de inscritos no Instituto de Emprego, quatro anos depois, 887. Número de inscritos em novembro de 2015 no Instituto de Emprego, 618, 618, n.º de inscritos no Instituto de Emprego, de 618 para 887 é fazer as contas. Quem só diz mal havia de ter vergonha!-----

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques questionou o Senhor Presidente, no sentido de saber, para além dos Aquinos, que empresas é que o Senhor Presidente trouxe para o Concelho de Nelas. Em relação à Azurmetal foi folclore. A empresa Bioramos foi o anterior



Reunião de 13/01/2016

Executivo que cedeu o terreno. A Covercar foi mudar daqui para ali. Que o Senhor Presidente lhe dissesse uma empresa que tenha trazido para Nelas. A das maçãs desistiu, aquele terreno lá em cima ao pé da Faurécia, a empresa da Abelha Maia também desistiu. Que o Senhor Presidente lhe dissesse uma empresa que tenha trazido para Nelas e ele calava-se. Obviamente a Borgstena, a Madibéria e a Movecho, dadas as circunstâncias do País e a melhoria a nível nacional e é de louvar esses industriais e estava com eles desde a primeira hora. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que achava que os resultados falam por si, o deixam e aos municípios muito satisfeitos e até orgulhosos pelo trabalho até este momento feito e que esses resultados serão apreciados pelas pessoas fora daquela sala e, portanto, sem mais delongas fez continuar a Ordem de Trabalhos. -----

---- A Câmara tomou conhecimento das Modificações ao Orçamento Municipal para o ano de 2016, n.º 1, e às Grandes Opções do Plano, para o mesmo ano de 2016, n.º 1, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----

(04/20160113)4.3.FUNDOS PERMANENTES – CONSTITUIÇÃO – AUTORIZAÇÃO

---- O Senhor Presidente afirmou que a informação estava também nos documentos distribuídos na Ordem do Dia. É a semelhança do ano anterior. Questionou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar sobre a constituição daqueles fundos permanentes, um para despesas urgentes e pequenas despesas de funcionamento, outro para a questão das escrituras e dos emolumentos. -----

---- Nos termos do n.º 2.9.10.11, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo D.L. n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo D.L. n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pelo D.L. n.º 84-A/2002, de 5 de abril, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a constituição de dois fundos de maneiio, um, no valor de 2.500,00 €, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, cujo titular é o Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e outro, no valor de 1.000,00 €, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis relacionadas com os atos necessários à legalização de bens imóveis (escrituras de compra e venda e registos nas Finanças e Conservatória), cujo titular é o Técnico Superior, Senhor Dr. Luís Miguel Alves Costa. -----

5 - OBRAS PARTICULARES

5.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

5.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a processos de licenciamentos de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos, no período compreendido entre 22 de dezembro de 2015 e 06 de janeiro de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. -----



Reunião de 13/01/2016

5.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a licenças de construção emitidas no período compreendido entre 22 de dezembro de 2015 e 06 de janeiro de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. -----

5.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, no período compreendido entre 22 de dezembro de 2015 e 06 de janeiro de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. -----

(05/20160113)5.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA, CADUCADAS, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DEC.LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES – APROVAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicação prévia, caducadas, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, nos termos do art.º 71.º, do Dec.Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 22 de dezembro de 2015 e 06 de janeiro de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo VI), fazendo dela parte integrante. -----

(06/20160113)5.3.RELAÇÃO DE LICENÇAS CADUCADAS, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 121.º E 122.º, DO NOVO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 7 DE JANEIRO – APROVAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a relação de licenças caducadas, precedidas de audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º, do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, no período compreendido entre 22 de dezembro de 2015 e 6 de janeiro de 2016, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, a qual fica anexa a esta ata (Anexo VII), fazendo dela parte integrante. -----

6 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS

6.1.DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, POR DELIBERAÇÃO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013 – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da delegação de competências, por deliberação de 04 de novembro de 2013, designadamente: licenças especiais de ruído, no âmbito do disposto no artigo 15.º, do Regulamento Geral do



Reunião de 13/01/2016

Ruído e alargamento de horário de funcionamento, ao abrigo do disposto no artigo 11.º, do Regulamento Municipal dos Horários, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo VIII), fazendo dela parte integrante. -----

(07/20160113)6.2.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS – RATIFICAÇÃO

---- O Senhor Presidente afirmou que a listagem foi enviada e que tinha a ver com licenças especiais de ruído.-----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo IX), fazendo dela parte integrante. -----

(08/20160113)6.3.RELAÇÃO DE PROCESSOS DEFERIDOS/INDEFERIDOS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ART.º 35.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – RATIFICAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a relação de processos deferidos/indeferidos pelo Senhor Presidente da Câmara, no período compreendido entre 22 de dezembro de 2015 e 06 de janeiro de 2016, elaborada pela Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, nos termos do n.º 3, do art.º 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual fica anexa a esta ata (Anexo X), fazendo dela parte integrante. -----

7 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente, antes da leitura da minuta da ata, questionou se algum dos Senhores Munícipes presentes, queria evidenciar alguma questão que mereça a atenção por parte da Câmara. Ele, Senhor Presidente, pedia ao Senhor António de Jesus Ramos que ajudasse a Câmara a melhorar a sua prestação em termos de prestação geral do serviço municipal. -----

---- O Senhor António de Jesus Ramos, em primeiro lugar, cumprimentou todos os presentes, desejando um Bom Ano cheio de felicidades e de paz. Em continuação da última reunião ouviu dizer ao Senhor Presidente que no primeiro trimestre de 2016 os trabalhos do protocolo celebrado com a Câmara seriam realizados. Ficou na dúvida. Aguardou. Até à data não teve qualquer resposta. Aquilo que ele agradecia que lhe fosse explicado se o Senhor Presidente confirma aquilo que foi dito, ou não. O Senhor Presidente disse que ele não fez investimentos, nem coisa alguma. Ele, António de Jesus Ramos, tinha ali só, simplesmente, uma pequena prova para mostrar ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores a realidade da Raposeira. O Senhor Presidente afirmou que o Senhor António de Jesus Ramos se quizer, podia deixar ficar os documentos e depois os Serviços e ele, Senhor Presidente, também terão oportunidade de se pronunciarem. -----

----- O Senhor Dr. Jorge David Sousa Paiva cumprimentou, mais uma vez, todos os presentes. Afirmou que só vinha ali, após ter feito ali uma chamada de atenção e uma reclamação há um mês atrás, saber qual a evolução da situação. Não foi contactado até ao momento, simplesmente se deparou com uma situação. É que, em resposta à reclamação que tinha sido feita ali houve uma nova aplicação de herbicida nas mesmas condições anteriores.



Reunião de 13/01/2016

Era para saber em que situação estava para poder ver o problema resolvido, ou se há intenção da Câmara em querer resolver o problema, ou não querer resolver o problema. Isto o Cidadão Jorge David, nada com questões profissionais que ocupa. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, quer relativamente à questão colocada pelo Senhor Ramos, quer relativamente à questão colocada pelo Senhor Dr. Jorge David, a questão dos trabalhos e do protocolo da Raposeira serão retomados neste primeiro trimestre de 2016. Andam intervenções na zona, como é constatável e o Executivo tem em Plano e projetado, de facto, continuar com os trabalhos no sentido de dar integral cumprimento aquilo que está protocolado. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Dr. Jorge David, no âmbito do Departamento do Ambiente, ele, Senhor Presidente, estava a verificar a situação. Crê que foi, como também o Senhor Dr. Jorge David referenciou ali na reunião, uma aplicação que teve a ver com uma Junta de Freguesia e ele, Senhor Presidente, de facto e de novo instava o Município Dr. Jorge David a que aquilo que disse ali na reunião que o evidenciasse através de uma reclamação por escrito e ser-lhe-á dado o devido andamento interno, sendo também que escusa de dizer isso ao Cidadão Dr. Jorge David, que foi alguns anos Vereador desta Câmara, que, por um lado, tem o direito todo do mundo e todas as instituições onde pode, de facto, fazer prevalecer os seus direitos e o cumprimento por parte da entidade administrativa que, ele, Senhor Presidente, quer honrar, que é a Câmara Municipal e ajudar, também nessa perspectiva, a melhorar a nossa prestação. Por outro lado, dizer também ao Senhor Dr. Jorge David que, de facto, como se verifica um bocadinho no País inteiro e aconteceu até agora com a prorrogação das autorizações para aplicação de produtos fitofarmacêuticos, até maio, para os pequenos agricultores, tem havido, de facto, da parte de todos os Serviços uma adequação de meios entre aquilo que era prática que foram seguidas no tempo, por exemplo, em que o Senhor Dr. Jorge David esteve ali na Câmara, de aplicação de herbicidas, em que não havia, ele não estava a contrariar nada disso. Portanto, se teve consequências, se teve danos, se continuaram esses procedimentos, essas práticas, ele, Senhor Presidente, desconhecia e gostava que o Senhor Dr. Jorge David também ajudasse a Câmara, de facto, a melhorar esses procedimentos. -----

---- Por fim, o Senhor Presidente pediu à Senhora Dr.^a Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata da presente reunião de Câmara, a qual foi aprovada, por unanimidade.-----

---- O Senhor Presidente afirmou que declarava encerrada a reunião e que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques deu entrada ali de um papel e pediu à Senhora Dr.^a Célia Tavares para depois dar entrada dele na Secretaria porque a reunião já estava encerrada e ele, Senhor Presidente, não podia admitir papéis que, aliás, evidencia como Eleito por um Órgão democrático a apresentação do documento antes a outra pessoa em vez de ser no Órgão onde ele deve ser apresentado uma falta de respeito. Portanto, o documento vai dar entrada nos Serviços da declaração de voto do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, porque ele, Senhor Presidente, já encerrou a reunião, não pode admitir papéis. -----

---- Assim, depois do Senhor Presidente ter declarada encerrada a presente reunião de Câmara, o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, entregou nos serviços a seguinte Declaração de Voto e que a seguir se transcreve: -----

---- *“Reunião Ordinária de 13 de janeiro de 2016* -----

---- *Ordem do Dia* -----



Reunião de 13/01/2016

---- *3.1. Proposta do TARGA CLUBE para organização do “Rali Vinho do Dão” integrado no campeonato nacional de ralis – Autorização de despesas. Discussão e deliberação -----*
 ---- *Declaração de Voto -----*
 ---- *Já no mandato anterior o atual Presidente da Câmara, para realização de alguns caprichos pessoais gastou 100.000,00 euros com a realização do anterior Rali. -----*
 ---- *Até hoje, não ficou demonstrado qualquer retorno para o nosso Concelho, nem para o comércio local, muito menos para o Vinho do Dão produzido no nosso território, dado que, cada vez mais se arrancam vinhas. -----*
 ---- *Aliás, alguns amigos se nos queixaram que o rali lhe retirou alguns clientes, no decurso deste evento, que habitualmente frequentavam os seus estabelecimentos comerciais. -----*
 ---- *Uma Câmara Municipal, cuja “falência” foi tão propalada pelo atual presidente da Câmara, não se poderá dar ao luxo de gastar mais 100.000,00 euros num rali, 300.000,00 euros em festas e festarolas como bem resulta das Contas de Gerência de 2014 e 28.000,00 euros só em publicidade paga no mês de novembro de 2015. -----*
 ---- *Entendemos com o decorrer do tempo o porquê do atual presidente da Câmara, rejeitar em baixar o IMI, o preço da fatura da água e ligar algumas luminárias, desligadas pelo anterior Executivo, bem como a redução das 35 horas dos Funcionários da Autarquia. -----*
 ---- *A economia nestes gastos desmesurados de perfeito eleitoralismo e, o aumento substancial do IMI cobrado aos nossos concidadãos a partir do segundo semestre de 2013, daria para liquidar a totalidade do empréstimo do PAEL, sem ser necessário aguardar por 2016, ou 2017, como eleitoralmente pretende fazer Borges da Silva. -----*
 ---- *Ou até mesmo com estes gastos promocionais do presidente da Câmara, dariam certamente para subsidiar as nossas associações, que promovem cultura ou a segurança das pessoas. -----*
 ---- *O nosso passado diz-nos que não somos contra qualquer desporto, agora somos contra a demagogia e o oportunismo político em detrimento da baixa de impostos às populações. -----*
 ---- *Por entendermos que isto é uma loucura política e despesista dos dinheiros provenientes dos nossos impostos, votamos CONTRA esta autorização de despesas. -----*
 ---- *Nelas, 13 de janeiro de 2016. -----*
 ---- *O Vereador do CDS/PP, Manuel Marques.” -----*

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.ª reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada.

O Presidente,



MUNICÍPIO DE NELAS
NELAS
VIVE

Reunião de 13/01/2016
A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e
Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
